

03

## GREVE – PLR 2013/2014

Os trabalhadores das bases do Sindicato filiados à FINDECT (BRU, RJ, RO, RN, SP e TO) paralisaram suas atividades na quarta-feira, 25 de junho.

12

## Negociações Coletivas de Trabalho 2014-2015 Confira os eixos da campanha

Aumento real de salários; Fim do excesso de trabalho - Concurso e contratação já; Entrega matutina e limite de percorrida em 7 km; Aposentadoria Especial para Carteiros e OTTs...

Ano1 Número 1 Agosto 2014

# FINDECT em TAÇÃO



**FinDECT**  
FEDERAÇÃO INTERESTADUAL DOS SINDICATOS  
DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS DOS CORREIOS

### As negociações na MNNP estão suspensas

MESA NACIONAL DE  
NEGOCIAÇÃO  
PERMANENTE  
**MNNP**



Após várias rodadas de negociações, a ECT ainda se mostra intransigente com a vontade dos trabalhadores. Página 03.

### Pauta de reivindicações, calendários e eixos da campanha 2014/2015



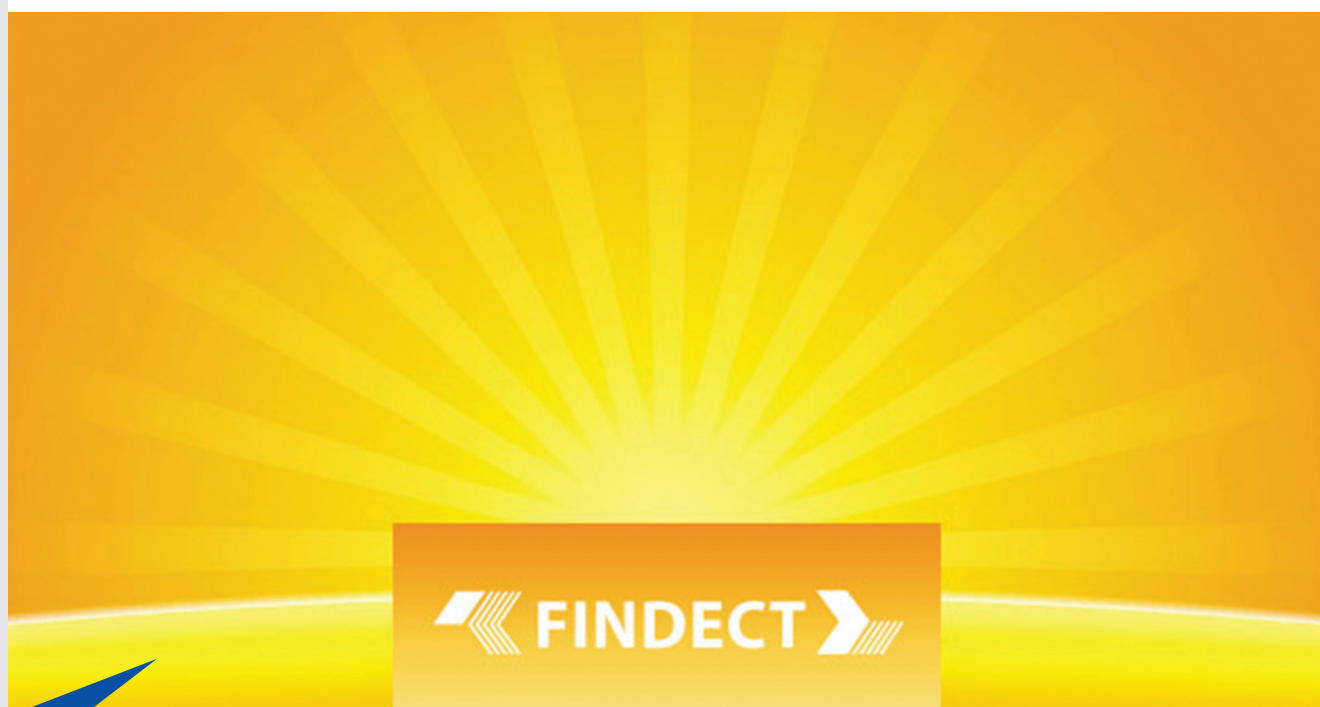
Foi debatida e construída durante o III Congresso da FINDECT, nos dias 28 e 29 de junho de 2014, a pauta de reivindicações dos trabalhadores Ecetistas filiados aos Sindicatos que compõem essa federação.

Cada base sindical ficou responsável por sugerir propostas e referendar a pauta, o Calendário de Lutas e o Eixo da Campanha.

Após a aprovação dos trabalhadores, em Assembleia Geral, a Pauta final será protocolada na empresa em busca de um acordo coletivo mais justo e representativo das vontades dos Companheiros. Página 06.

## III Congresso da FINDECT define pauta de reivindicações 2014/2015

III Congresso da FINDECT reúne representantes sindicais e define pauta de reivindicação para a campanha salarial 2014-2015.



## Legalidade da FINDECT

Federação agora está reconhecida como entidade representativa dos trabalhadores ecetistas. Página 02.

### Protocolada a Pauta de Reivindicações

O Presidente da FINDECT, José Aparecido Gimeses Gandara, protocolou nesta quarta-feira, 16 de julho, a Pauta de Reivindicações dos trabalhadores ecetistas na sede da ECT, junto com o vice-presidente da federação, Elias Cesário de Brito Junior – Diviza – e o diretor Marcos Sant' Aguida.

Ao entregar a Pauta de Reivindicações da Campanha Salarial 2014/2015, Gandara pediu agilidade na abertura das negociações com a empresa. Os Sindicatos filiados à FINDECT já protocolaram a Pauta de Reivindicações em suas respectivas DR's.







**Editorial**

**E**ste informativo que você está recebendo, com o lançamento da Campanha Salarial, passará a ser publicado trimestralmente, informando as ações e atividades da FINDECT.

Em nosso congresso, realizado nos dias 28 e 29 de Junho de 2014, em Nazaré Paulista/SP, os representantes eleitos nas Assembleias elaboraram, sugeriram e ratificaram a pauta de reivindicação da FINDECT, assim como o eixo e o calendário de lutas. Além disso, foram discutidas e apresentadas propostas referentes à: Questão da Mulher; Racial; Saúde e Segurança do Trabalhador; Anistia;

Conclamamos os companheiros ecetistas lotados nas bases dos Sindicatos filiados à FINDECT a cerrarem fileiras conosco na campanha salarial, que pressagia ser difícil e demorada, por conta do atual contexto da empresa. Só conseguiremos atingir os objetivos se todos tivermos consciência de que essa luta é de todos, os benefícios conquistados serão para toda a categoria, portanto companheiro, não se omita. Participe das assembleias, acompanhe os encaminhamentos e, em caso de necessidade, não titubeie, vá à luta com seus companheiros. Porque somente lutando é que se alcança a vitória!

Boa Leitura!

# Da legitimidade da FINDECT

## Da legitimidade da FINDECT

Junto ao TST:

A decisão do processo TST-DC 6942-72.2013.5.00.0000 que em sua folha 13 confere legitimidade aos sindicatos filiados à FINDECT de participar das negociações coletivas com base no artigo 8º, inciso IV, da Constituição Federal. Essa decisão foi contrária à posição da FENECT de se apresentar como único órgão representativo dos Ecetistas.

Ministério do Trabalho e Emprego restabelece a legitimidade da FINDECT

Conforme comprova a publicação do Diário Oficial do dia 1º de Abril de 2014, em sua página 112, o Ministério do Trabalho e Emprego restabeleceu formalmente a legitimidade e o reconhecimento da FINDECT como entidade representativa dos trabalhadores Ecetistas.

**Diário Oficial da União - Seção 1**  
Nº 62, terça-feira, 1 de abril de 2014  
Em 31 de março de 2014

**SECRETARIA DE RELAÇÕES DO TRABALHO**  
**DESPACHOS DO SECRETÁRIO**

Tendo em vista a SENTENÇA prolatada nos autos do Processo Judicial nº 0001712-86.2012.5.15.0058, referente à Ação Declaratória de Nulidade de Constituição do Sindicato C/C Pedido de Antecipação dos Efeitos da Tutela tramitada perante a Vara do Trabalho de Ribeirão/SP, do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, em 10/03/2013, com suspensão na

**ALDO CÂNDIDO COSTA FILHO**  
**RETIFICAÇÕES**

No despacho do Coordenador-Geral de Imigração, o deferimento publicado no DOU nº. 059 de 27/03/2014, Seção 1, p. 124, Processo: 47039.002070/2014-32, onde se lê: LUCIANO EMILIO MARIA ANCESSCHI, leia-se: LUCIANO EMILIO MARIA ANCESSCH.

No despacho do Coordenador-Geral de Imigração, o deferimento publicado no DOU nº. 022 de 31/01/2014, Seção 1, p. 103, Processo: 46094.037716/2013-94, onde se lê: VIVIANA GIUSSANTI, leia-se: VIVIANA GIUSSANI.

**Ministério dos Transportes**  
**AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES DIRETORIA**  
**RESOLUÇÃO Nº 4.296, DE 27 DE MARÇO DE 2014**

Altera os critérios de enquadramento nos estágios de maturação definidos no Anexo V da Resolução 4075/2013.

A Diretoria da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições conferidas pelo inciso VIII do art. 25 da Resolução nº 3.000, de 28 de janeiro de 2009, fundamentada no Voto DAL - 031, de 27 de março de 2014, no que consta do Processo nº 50500.013416/2014-39; e

CONSIDERANDO que a minuta de regulamentação foi submetida à Audiência Pública nº 002/2014, realizada no dia 24 de fevereiro de 2014, com o objetivo de resguardar os direitos dos usuários e dos agentes econômicos, resolve:

Art. 1º Alterar os critérios de enquadramento nos estágios de maturação definidos no Anexo V da Resolução 4075/2013, que passam a vigorar de acordo com o Anexo desta Resolução, o qual está disponível no site eletrônico: <http://www.antt.gov.br>.

**SECRETARIA DE RELAÇÕES DO TRABALHO**  
**DESPACHOS DO SECRETÁRIO**

O Coordenador Geral de Imigração no uso de suas atribuições autoriza o Estrangeiro: BERNARD ALAIN GAGOU NAIM a exercer concomitantemente o cargo de Administrador na ESTALEIRO BRASA LTDA. Processo: 46094.038395/2013-45, anteriormente autorizado através do Processo: 46094.018893/2012-91.

O Coordenador Geral de Imigração no uso de suas atribuições autoriza o Estrangeiro: ALEXANDRE LUDOVIC ALLARD a exercer concomitantemente o cargo de Diretor Presidente na BM EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES SPE S.A. Processo: 46094.001511/2014-51, anteriormente autorizado através do Processo: 46094.037219/2012-13.

O Coordenador Geral de Imigração no uso de suas atribuições autoriza o Estrangeiro: MICHAEL FIDI a exercer concomitantemente o cargo de Diretor na MABA ECOLINE INDÚSTRIA DE DORMENTES LTDA. Processo: 46094.001524/2014-21, anteriormente autorizado através do Processo: 46094.025441/2013-46.

O Coordenador Geral de Imigração no uso de suas atribuições autoriza o Estrangeiro: SEIJIRO TERAMAE a exercer concomitantemente o cargo de Diretor na YAMAHA MOTOR COMPONENTES DA AMAZONIA LTDA. Processo: 46094.001552/2014-48, anteriormente autorizado através do Processo: 46094.046077/2012-77.

O Coordenador Geral de Imigração no uso de suas atribuições autoriza o Estrangeiro: MOTOO FUKASE a exercer concomitantemente o cargo de Administrador na AMCEL AGROFLORISTAL LTDA. Processo: 46094.001766/2014-14, anteriormente autorizado através do Processo: 46094.021672/2013-81.

O Coordenador Geral de Imigração no uso de suas atribuições autoriza o Estrangeiro: YASUHIRO TAKEDA a exercer concomitantemente o cargo de Diretor na MC MACHINERY SYSTEMS DO BRASIL LTDA. Processo: 46094.001788/2014-84, anteriormente autorizado através do Processo: 46094.028185/2013-49.

O Coordenador Geral de Imigração no uso de suas atribuições autoriza o Estrangeiro: MASAO MIYAZAKI a exercer concomitantemente o cargo de Vice-Presidente de Construções Oceânicas na ECOVIX - ENGEVIX CONSTRUÇÕES OCEANICAS S/A. Processo: 46094.001841/2014-47, anteriormente autorizado através do Processo: 46094.008009/2013-80.

O Coordenador Geral de Imigração no uso de suas atribuições autoriza o Estrangeiro: MASAO MIYAZAKI a exercer concomitantemente o cargo de Diretor na JB MINOVIX INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A. Processo: 46094.002350/2014-13, anteriormente autorizado através do Processo: 46094.008009/2013-80.

O Secretário de Relações do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na seguinte Nota Técnica, resolve ARQUIVAR o Pedido de Registro Sindical da entidade abaixo relacionada, em observância o 52 da Lei 9.784/99.

Processo	46000.001607/2012-50
Entidade	SINDICATO RURAL DE ARACAJU
CNPJ	13.159.279/0001-80
Fundamento	NOTA TÉCNICA Nº 456/2014/CGRS/SRT/MTE

O Secretário de Relações do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 26 da Portaria nº 326, publicada no DOU em 11 de março de 2013 e na seguinte Nota Técnica, resolve INDEFERIR o processo de Pedido de Registro Sindical da entidade abaixo relacionada, em observância ao disposto no art. 26, da Portaria nº 326/2013:

Processo	46207.003030/2012-02
Entidade	SINDICATO PATRONAL DE EMPRESÁRIOS E PROFISSIONAIS LIBERAIS EM ESTÉTICA E COSMETOLOGIA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CNPJ	11.483.969/0001-87
Fundamento	NOTA TÉCNICA Nº 455/2014/CGRS/SRT/MTE

O Secretário de Relações do Trabalho e Emprego, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Portaria 326/2013 e na Nota Técnica Nº 457/2014/CGRS/SRT/MTE, resolve: REMETER para procedimento de MEDIAÇÃO as seguintes entidades sindicais: SINTEFEM - Sindicato Intermunicipal dos Técnicos de Enfermagem, Técnicos de Enfermagem do Trabalho e dos Técnicos de Patologia Clínica do Estado da Bahia, CNPJ 10.365.204.0001-80 - Processo 46204.010087/2008-01 e o SINDI-SAUDF - Sindicato dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Serviços de Saúde do Estado da Bahia, CNPJ 13.466.677/0001-61 - Processo 46000.013016/2007-68, nos termos do art. 22 c/c art. 45 § 2º, da Portaria nº. 326/2013.

O Secretário de Relações do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, com fundamento nas Notas Técnicas nº 02/2011/CGRS/SRT/MTE e nº 93/2014/CIS/CGRS/SRT/MTE, resolve RESTABELECER o registro sindical da FINDECT - Federação Intersindical dos Empregados da EPCT e Sim. Comunicação SP, MG e RA, CNPJ 59.995.498/0001-12, dando-se o prazo de 90 (noventa) dias para que a entidade se regularize junto a este Ministério com relação ao preenchimento do requisito do número mínimo de entes filiados, na forma do art. 534 da Consolidação das Leis do Trabalho, combinado com o parágrafo 3º do art. 20 da Portaria MTE nº 186/2008.

**MANOEL MESSIAS NASCIMENTO MELO**

**Art. 1º** Aprovar a Ata, o Relatório da Audiência Pública nº 002/2014 e a minuta de Resolução, que altera os critérios de enquadramento nos estágios de maturação definidos no Anexo V da Resolução nº 4.075, de 3 de abril de 2013.

**Art. 2º** Determinar que a ata e o Relatório da audiência Pública seja disponibilizado para conhecimento de todos, no site eletrônico da ANTT, em atenção ao disposto na Resolução ANTT nº 3.705, de 10 de agosto de 2011.

**Art. 3º** Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

**JORGE BASTOS**  
Diretor-Geral  
Em exercício

**RETIFICAÇÕES**

Na Resolução nº 4.299, de 27/3/2014, publicada no DOU de 31/3/2014, Seção 1, pág. 93, onde se lê "Habilita internacional o posto de fronteira localizada no município de Natá, Rio Grande do Sul", leia-se: "Habilita ao tráfego o posto de fronteira da Ponte sobre o Rio Otapoque, cidades fronteiriças do Otapoque a Saint Georges".

Na Resolução nº 4.295, de 27/3/2014, publicada no DOU de 28/3/2014, Seção 1, pág. 275, onde se lê "Art. 3º", leia-se: "entra em vigor na data de sua publicação".

**SUPERINTENDÊNCIA DE EXPLORAÇÃO DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA**  
**PORTARIA Nº 55, DE 31 DE MARÇO DE 2014**

A Superintendente de Exploração da Infraestrutura, da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Deliberação de 12 de maio de 2010, fundamentada no que consta do Processo nº 50515.008225/2014-96, resolve:

Art. 1º Autorizar a readequação de acesso à localidade na faixa de domínio da Rodovia BR-376/ entre o km 626+760m e o km 627+020m, na Pista Sul dos Pinhais/PR, de interesse do Posto Iguaçu 2 - Nichel Combustíveis Ltda.

Art. 2º Na readequação e conservação do refúgio de acesso ao Posto Iguaçu 2 deverá observar as medidas de segurança estabelecidas pelo Plano de Segurança de Acesso ao Posto Iguaçu 2 assinado por este Superintendente e o Plano de Segurança de Acesso ao Posto Iguaçu 2 assinado por este Superintendente e o Plano de Segurança de Acesso ao Posto Iguaçu 2 assinado por este Superintendente.

Art. 3º O Posto Iguaçu 2 não poderá iniciar a execução do projeto executivo por não ter sido aprovado o acesso ao Posto Iguaçu 2 assinado por este Superintendente e o Plano de Segurança de Acesso ao Posto Iguaçu 2 assinado por este Superintendente.

Art. 4º A Autopista Litoral Sul S/A deve cumprir as condições estabelecidas no Plano de Segurança de Acesso ao Posto Iguaçu 2 assinado por este Superintendente e o Plano de Segurança de Acesso ao Posto Iguaçu 2 assinado por este Superintendente.

Art. 5º O Posto Iguaçu 2 assumirá todo o gerenciamento da obra de readequação do acesso ao Posto Iguaçu 2, responsabilizando-se por eventuais problemas decorrentes e que venham a afetar a Rodovia.

Art. 6º O Posto Iguaçu 2 deverá concluir a readequação do acesso no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da assinatura do Plano de Segurança de Acesso ao Posto Iguaçu 2 assinado por este Superintendente e o Plano de Segurança de Acesso ao Posto Iguaçu 2 assinado por este Superintendente.

Art. 7º Caberá à Autopista Litoral Sul S/A fiscalizar a execução do projeto executivo por ela contratado e o cadastro referente ao acesso.

Art. 8º O Posto Iguaçu 2 deverá apresentar o projeto de readequação do acesso ao Posto Iguaçu 2 assinado por este Superintendente e o Plano de Segurança de Acesso ao Posto Iguaçu 2 assinado por este Superintendente.

## Reunião no Ministério do Planejamento

**E**m reunião no Ministério do Planejamento (DEST), no dia 25 de junho de 2014, estiveram presentes o Presidente da FINDECT, José Aparecido Gimenes Gandara e o Assessor do DIEESE Roberto Sugiyama

com o Diretor do DEST, Sr. Murilo Francisco Barela, e os assessores João Manuel e Jorge Luiz onde tratamos das negociações da PLR 2013-2014, bem como, a preocupação com as negociações deste ano. Esclarecemos a forma

autoritária com que a empresa está conduzindo as negociações e jogando a responsabilidade pelo não avanço para o DEST, que por sua vez, orienta que as negociações devem ser feitas diretamente entre a empresa e os Sindicatos.

Os documentos apresentados pela FINDECT causaram surpresa ao Diretor do DEST, já que alguns nem chegaram às suas mãos, informou também que manterá contato com a empresa para se informar melhor da situação atual das negociações.



# Audiência com o Vice-Presidente do TST para tratar da PLR foi fruto da paralisação do dia 25/06

Em audiência agendada para o dia 2 de julho pelo Vice-presidente do TST, o Exmo. Ministro Ives Gandra Martins Filho, estiveram presentes o Presidente da FINDECT, José Aparecido Gimenes Gandara, - o Vice-presidente, Elias Cesário de Brito Junior, - e o Assessor Jurídico da Federação, Dr. Marcos Vinicius, para tratar da PLR 2013 e 2014 e também do ACT 2014-2015. Foi esclarecido o andamento das negociações, que vem acontecendo desde dezembro 2012. Em 2013, após várias reuniões de negociação infrutíferas - por conta da intransigência da empresa ao insistir em critérios extremamente injustos, como separar 10% para a área estratégica (gestores) - os Sindicatos filiados à FINDECT protocolaram pedido de mediação ao Ministério Público do Trabalho.

Após três reuniões, com presença de representantes dos trabalhadores e

da ECT, o procurador que mediou a última reunião propôs que se pagasse a PLR 2012 com os critérios de 2011, por ter sido a última PLR negociada entre as partes. Proposta esta aceita pela FINDECT e sindicatos a ela filiados. No entanto, a empresa pagou com seus próprios critérios, inclusive a parcela estratégica, desrespeitando a orientação do Ministério Público do Trabalho e descumprindo o artigo 2º da lei 10101/2000.

Esclarecemos ainda, que após várias rodadas de negociações na MNNP, a maioria dos sindicatos signatários da mesa de negociações aprovou os critérios da PLR 2013 e retomada das negociações da PLR 2014. Na reunião da MNNP do dia 03/06/2014, a ECT alterou sua proposta propondo pagar a PLR 2013 de forma linear e os critérios da PLR 2014 por cinco anos. A FINDECT e os Sindicatos a ela filiados rejeitou a proposta por atender os anseios da maioria



de seus trabalhadores e, suspendeu a participação na MNNP até solucionar a questão da PLR.

Para comprovar o que dissemos acima, deixamos com o Exmo Ministro do TST Dr. Ives Gandra, cópia dos documentos da negociação e da mediação do Ministério Público do Trabalho, bem como os documentos

da MNNP.

O Ministro tentará agendar uma audiência com a FENDECT e também com a ECT, para ouvir as partes e, posteriormente, dar início às negociações, que serão mediadas pelo TST, entre as representações sindicais e a empresa.



## GREVE – PLR 2013/2014

Os trabalhadores das bases do Sindicato filiados à FINDECT (BRU, RJ, RO, RN, SP e TO) paralisaram suas atividades na quarta-feira, 25 de junho. O Objetivo desse ato foi repudiar a proposta de pagamento da PLR, de R\$270,00 e exigir uma PLR mais justa para os companheiros.

Enquanto a ECT defende não ter dinheiro em caixa, houve um gasto da Empresa, na calada da noite, de 300 milhões de reais para o patrocínio das Olimpíadas Rio 2016, 42 milhões para a criação da nova marca, 500 milhões no Programa de Demissão Incentivada para aposentados (PDIA) e com o não reajuste

das tarifas postais em 2013, deixando de arrecadar 320 milhões.

Além dos fatores citados acima, nos preocupa a situação da nossa empresa como estatal, pública, de qualidade e a serviço da população, se esses descabros

com os recursos financeiros dos Correios persistirem.

Como consequência desse movimento o Presidente da FINDECT, Sr. José Aparecido Gimenes Gandara, participou de reunião no Ministério do Planejamento (DEST) no dia

25 de Junho, o mesmo dia da greve, e de uma audiência com o Vice-Presidente do TST, Ministro Ives Gandra Martins Filho, no dia 2 de Julho.





# III Congresso da FINDECT

III Congresso da FINDECT reúne representantes sindicais e define pauta de reivindicação para a campanha salarial 2014-2015

Os trabalhos do III Congresso da FINDECT iniciaram-se no dia 28 de Junho de 2014, com a leitura do edital de convocação pelo Diretor Financeiro Sr. Anézio Rodrigues. Logo após foi montada a mesa de abertura do qual fizeram parte o Presidente da FINDECT – Sr. José Aparecido Gimenes Gandara – e um representante de cada um dos Sindicatos que compõem a Federação: São Paulo – Elias Cesário de Brito Junior (Diviza) –, Rio de Janeiro – Anízio Gomes dos Santos –, Bauru – Luiz Alberto Bataiola, Tocantins – Telma Milhomen, Rondônia – Antonio Edson Antunes da Cruz – e Rio Grande do Norte – Sr. Renato de Almeida Melo. Também participou da mesa, como convidado, o Presidente da CTB Nacional – Sr. Adilson Araujo.

Cada um dos Companheiros da Mesa fez uma fala que, invariavelmente, versou sobre as questões referentes à crise mundial, seus reflexos no país e, as condições dos Correios e dos seus Trabalhadores.

## 2 – Questão Jurídica

Os Advogados da FINDECT, Dr. Marcos Vinicius Gimenes Silva e Dr. Hudson Marcelo da Silva, orientaram os dirigentes sindicais sobre os encaminhamentos administrativos e jurídicos necessários para que a campanha salarial dos sindicatos filiados a FINDECT transcorra sem empecilhos, além dos que normalmente a empresa já coloca. Ressaltando a importância de se documentar todas as ações dos Sindicatos, Assembleias, Editais de Convocação, etc.

## 3 – DIEESE

Após o intervalo para o almoço, os companheiros retornaram à plenária para ouvir a exposição do representante do DIEESE, Roberto Sugiyama, que falou sobre a atual situação econômica e política do país e, os seus reflexos na Campanha Salarial. Alertou que será uma



campanha dura e complicada, mas que, com a mobilização e unidade da categoria, assim como a atuação da Diretoria da Federação junto aos órgãos governamentais, conseguiremos abrir portas para um Acordo Coletivo que satisfaça a categoria.



## 4 Análise da Conjuntura

A mesa foi coordenada pelo Sr. Anézio Rodrigues. De início, o Companheiro Ronaldo Leite, Diretor do SINTECT-SP e Presidente da CTB-RJ, fez uma análise da situação mundial, em especial, da crise econômico-econômica que ainda assola a Europa. Aberta as inscrições aos representantes presentes na plenária, vários companheiros demonstraram interesse em expor suas opiniões. No geral, contendo críticas à atual administração do Correio, em especial à sua instrumentalização pela Articulação/PT, os efeitos nefastos que tem causado à

empresa e aos seus trabalhadores e, o profundo repúdio da categoria ecetista a essa prática. Também foi muito discutida a campanha salarial e as dificuldades que enfrentaremos.

Com relação às eleições presidenciais, em que pese o mal

estar da categoria com o PT, por motivos óbvios ninguém iria tampouco defender a candidatura do PSDB. Diante do dilema, alguns companheiros defenderam a opção por uma terceira via.

## 2º Dia

### Questão da Mulher

Foi coordenada pela Companheira do Tocantins, Telma Milhomen Borges, Diretora de Políticas para as Mulheres da FINDECT. Participaram da mesa representantes mulheres dos sindicatos que compõem a Federação, onde expuseram os problemas, dificuldades e reivindicações das

Companheiras Ecetistas. São elas:

- Graças à luta da FINDECT, as mulheres tem hoje maior representatividade na empresa, com a criação da Mesa Paritária de Negociações para as questões da Mulher.
- Participação mais efetiva das mulheres na Federação;
- Combate e denúncia aos assédios sexual e moral que trabalhadoras sofrem ainda hoje
- TAF: reclamam das exigências absurdas do teste para as mulheres, em especial, o dinamômetro. Não podemos nos esquecer de que, do ponto de vista da aptidão física, as mulheres são mais frágeis que os homens. Os MOT's, em contrasenso, não são submetidos ao exame.
- Auxílio-creche: valor insuficiente, dependendo da creche disponível e exigências absurdas com relação à documentação, em especial, a necessidade de edital de abertura da instituição em diário oficial, que poucas possuem.
- Que os sábados, domingo e feriados sejam facultativos às mulheres mães que possuem filhos crianças, uma vez que creches e escolas não funcionam nesses dias.

### Questão Racial:

A mesa foi coordenada pelo companheiro Ricardo Adriane Rodrigues de Sousa (Nêgo Peixe), Diretor de Políticas Racial da



FINDECT, que compartilhou com a plenária as situações onde o preconceito ainda existe, ressaltou que, ao contrário do que a mídia e a elite branca vivem proclamando, não vivemos em uma democracia racial.

O racismo é muito presente na vida dos brasileiros afrodescendentes, e por isso, é necessário lutar para implementar as políticas afirmativas e, defender a necessidade de cotas de inclusão para os negros, até como uma pequena forma de ressarcir tudo o que foi tirado e negado aos brasileiros de descendência africana.

Travar a luta contra o racismo e a discriminação nos Correios e, não esquecer que essa só será plenamente vitoriosa quando for inserida no contexto geral da luta dos negros pelo reconhecimento de seus direitos.

**Saúde do Trabalhador:**

Ficou decidido que a FINDECT irá pedir a criação de uma mesa permanente de negociação para as questões de saúde e segurança do trabalho. Decidiu-se também que as propostas e reivindicações relacionadas ao tema serão baseadas no excelente livro do Dr. Drummond, médico do trabalho vinculado ao SINTECT-SP. Essa atitude se deve ao fato de os dirigentes sindicais já conhecerem com detalhes os problemas desta área, o que falta é implantar uma política efetiva de combate a esses problemas.

Além disso, colocamos no eixo da Campanha a luta para aprovar os Projetos de Lei para a concessão de aposentadoria especial aos Carteiros e Ott's, a percorrida máxima diária de 7 Km para os carteiros, entrega matutina e segurança das agências e dos carteiros em áreas de risco.



**Anistia:**

Em 07 de abril de 2014, a Vice-Presidência de Gestão e Pessoas – VIGEP -, editou a portaria 120/2014 constituindo grupo de trabalho para conhecer, analisar, propor e julgar processos referentes ao processo de anistia e de revisão de demissão sem justa causa, fundamentados nas leis de Anistia número 8.632/1993 de 04/03/1993, 11.282/2006 de 23/02/2006, 8.878/1994 e 7.773/1989 de 08/06/1989.

A FINDECT, nessa comissão, está representada pelo companheiro Anderson Pacheco Vilas Boas, agente de Correio lotado na DRSPN.

**Assembleia Geral:**

Ao fim do Congresso foi realizada a Assembleia que aprovou a Pauta de Reivindicação (Que será referendada), o Eixos da Campanha e o Calendário de Lutas.





# Congresso da FINDECT aprova Pauta de Reivindicações, Calendário e Eixo de Lutas para 2014 e 2015

Foi debatida e construída durante o III Congresso da FINDECT, nos dias 28 e 29 de junho de 2014, a pauta de reivindicações dos trabalhadores Ecetistas filiados aos Sindicatos que compõem essa federação.

Cada base sindical ficou responsável por sugerir propostas e referendar a pauta, o Calendário de Lutas e o Eixo da Campanha.

Após a aprovação dos trabalhadores, em Assembleia Geral, a Pauta final será protocolada na empresa em busca de um acordo coletivo mais justo e representativo das vontades dos Companheiros.

## CAMPANHA SALARIAL 2014-2015

### PAUTA DE REIVINDICAÇÕES

#### FEDERAÇÃO PROPONENTE

FINDECT – Federação Interestadual dos Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras dos Correios – inscrita no CNPJ sob nº 59.995.498/0001-12.

#### Propostas com repercussões econômicas e financeiras:

I. Reposição da inflação do período de acordo com índice ICV-DIEESE – (Projeção do para agosto/2014: \_\_\_\_%);

II. Aumento Linear de R\$300,00 (trezentos reais), com impacto para toda tabela salarial, a ser realizado de forma programática ou aumento real de 5% para todos os cargos;

III. Reajuste no valor do diferencial de mercado, conforme cálculo a ser realizado pelo DIEESE, para corrigir as perdas provocadas pela inflação e incorporação ao salário;

IV. Vale alimentação no valor de R\$ 35,00 (trinta e cinco reais);

V. Vale Cesta no valor de mercado calculado pelo DIEESE R\$342,00 (quarenta e dois reais);

VI. Portaria/função no valor de 1 SALÁRIO MÍNIMO e seguro de vida para motorista, motociclista, operador de empilhadeira/transpaletreira e operador de RX;

VII. Aumento no valor do quebra de caixa para R\$ 580,00 (quinhentos e oitenta reais). Pagamento do AAG (adicional de atividade de guichê) aos atendentes que não trabalham com numerários. Seguro de vida em razão do risco (assaltos), e AAT.

VIII. Aumento do valor do auxílio para filhos dependentes, portadores de necessidades especiais para no mínimo R\$ 850,00 (oitocentos e cinquenta reais);

IX. Aumento do valor do reembolso – creche-babá para 1 salário mínimo para homens, mulheres e homoafetivos;

X. Aumento do valor vale transporte

para R\$ 650,00 (seiscentos e cinquenta reais), podendo ser convertido em vale combustível, além da supressão do critério referente à distância entre a residência e o local de trabalho;

XI. Aumento do valor da ajuda de custo na transferência para R\$ 1.350,00 (mil e trezentos e cinquenta reais);

XII. Revisão das Cláusulas 5 (adicional noturno), da Cláusula 31 (horas extras): alteração para que o cálculo seja feito sobre o cômputo total da remuneração;

XIII. Revisão da Cláusula 9 (Anuênio): alteração do §2 para que o limite perdure “enquanto o empregado permanecer na empresa;

XIV. Redução dos percentuais de participação financeira dos (as) trabalhadores (as) no custeio dos planos de assistência médica hospitalar e saúde e odontológico, bem como no Vale Transporte e exclusão de compartilhamento nos casos de trabalhadores acometidos por doenças graves;

XV. Implementação do IGQP para todos os funcionários admitidos após 1999.

#### MANUTENÇÃO DAS CLÁUSULAS PREEXISTENTES

Mantém-se as Cláusulas preexistentes, conquistadas e materializadas nos Acordos Coletivos anteriores, especialmente o Acordo Coletivo 2013-2014 (em anexo), as conquistas realizadas e acordadas nas reuniões da Mesa Nacional de Negociação Permanente, que serão incorporadas na próxima Norma Coletiva. Mantém, ainda, naquilo em que mais favorável for à categoria profissional, as disposições das sentenças normativas proferidas nos Dissídios Coletivos TST-DC - 8981-76.2012.5.00.0000 e 6942-72.2013.5.00.0000.

**Cláusula 01 – ACESSO ÀS DEPENDÊNCIAS** - Quando solicitado pelas entidades sindicais e acordado entre as partes (Empresa e Entidade Sindical), os empregados da ECT, regularmente eleitos como dirigentes sindicais e que não estejam com o contrato de trabalho suspenso para apuração de falta grave, terão acesso às dependências da Empresa para trato de assuntos de interesse exclusivo dos empregados, resguardadas as disposições do artº 5º Parágrafo Único, da Lei n.º 6 538/78 e observado o seguinte: a) nos Centros de Distribuição Domiciliária, Centros de Entrega de Encomendas, Centros de Tratamento e Centros de Transporte as reuniões poderão ocorrer durante a jornada de trabalho; b) nas demais unidades, as reuniões poderão ser realizadas no início ou final da jornada de trabalho; c) cada reunião deverá ser realizada, no máximo, por 3 (três) dirigentes sindicais, no exercício de seus mandatos, observadas as demais condições desta cláusula, com duração máxima de 40 (quarenta) minutos; d) os sindicatos

poderão, durante o tempo reservado às reuniões, desenvolver processo de filiação; e) as reuniões serão realizadas em locais apropriados, tais, como salas de aula/reunião, áreas de lazer, refeitórios ou no local de trabalho, sem prejuízo ao desenvolvimento das atividades previstas para a unidade visitada, sendo a participação do empregado facultativa. § 1º - As reuniões deverão ser solicitadas, por escrito, ao representante regional da ECT, da área de gestão das relações sindicais e do trabalho, com 2 (dois) dias úteis de antecedência, para a viabilidade do atendimento correspondente. § 2º - As Diretorias Regionais e os Sindicatos dos empregados da ECT compreendidos em sua área territorial ficam autorizados a negociar alterações ao disposto nas alíneas desta Cláusula, que terão validade e eficácia-somente em sua jurisdição.

#### Cláusula 02 – ACOMPANHANTE

- Assegura-se ao empregado o direito à ausência remunerada de até 10 (dez) dias, o que equivale a 20 (vinte) turnos de trabalho, durante a vigência deste Instrumento Normativo, para levar ao médico, dependente(s) menor(es) de 18 (dezoito) anos de idade, dependente(s) com deficiência (física, visual, auditiva e mental), esposa gestante, companheira gestante, esposa(o) ou companheira(o) com impossibilidade de locomover-se sozinho, por problema de saúde, atestado por médico assistente, e pais com mais de 60 anos de idade. Para todos os casos, será necessária a apresentação de atestado médico de acompanhamento, no prazo de dois dias úteis a partir da data de emissão do atestado. Parágrafo Único - Caso a ausência ocorra em apenas um dos turnos da jornada diária de trabalho, será registrada como ausência parcial para fins de registro de frequência e para efeito do cálculo do saldo remanescente.

**REVISÃO:** “ausência remunerada de acordo com a prescrição médica/entrega de atestado médico no prazo de 48h a partir do efetivo retorno do trabalhador às suas funções. Alterar a idade dos dependentes para 55 anos de idade. Para os trabalhadores do Turno III deverão ser observados e respeitados os intervalos de descanso para reposição da higidez física e mental, sem quaisquer prejuízos.

#### Cláusula 03 - ACUMULAÇÃO DE VANTAGENS

- Em caso de posterior instituição legal de benefícios ou vantagens previstos no presente Acordo Coletivo (Instrumento Normativo), ou quaisquer outros já mantidos pela ECT, será feita a necessária compensação, a fim de que não se computem ou se acumulem acréscimos pecuniários superiores sob o mesmo título ou idêntico fundamento, com consequente duplicidade de pagamento.

#### Cláusula 04 - ADIANTAMENTO DE FÉRIAS

- O adiantamento de férias será concedido a todos os empregados por ocasião de sua fruição, em valor equivalente a um salário-base, acrescido de anuênios ou quinquênios, do IGQP incorporado e, quando for o caso, da

gratificação de função. § 1º - A ECT mantém para todos os empregados o pagamento desse adiantamento, reembolsável, por opção do empregado, em até cinco parcelas mensais, sucessivas e sem reajuste, iniciando-se a restituição no pagamento relativo ao segundo mês subsequente à data de início do período de fruição das férias, independentemente da opção por abono pecuniário. § 2º - Para os efeitos desta cláusula, os empregados reintegrados ou readmitidos também farão jus ao reembolso parcelado do adiantamento de férias. § 3º - Poderá o empregado optar, por escrito, até quarenta dias antes do início do período previsto para a fruição das férias, pela não antecipação do respectivo pagamento. § 4º - Por solicitação do empregado, inclusive aquele com idade superior a cinquenta anos, e sem que haja prejuízos para as atividades da unidade, a Empresa poderá conceder as férias em dois períodos. Nenhum dos períodos poderá ser inferior a dez dias corridos e ambos deverão ocorrer dentro do mesmo período concessivo, com interstício mínimo de 30 dias entre um período e outro. § 5º - No caso de a concessão de férias ocorrer em dois períodos, o adiantamento de férias será pago proporcionalmente a cada período. § 6º - A vantagem prevista no parágrafo anterior não gera direitos em relação a situações pretéritas.

#### Cláusula 05 - ADICIONAL NOTURNO

- Para os empregados com jornada normal noturna, mista ou extraordinária, a ECT pagará, a título de adicional noturno, um acréscimo de 60% (sessenta por cento) sobre o valor da hora diurna em relação ao salário-base, já incluído o respectivo valor correspondente ao adicional legal. § 1º - Para os fins desta Cláusula, considera-se horário noturno o prestado entre 20 (vinte) horas de um dia e 6 (seis) horas do dia seguinte, aplicando-se também a regra de hora reduzida de 52 (cinquenta e dois) minutos e 30 (trinta) segundos entre esse horário. § 2º - Não haverá a suspensão do pagamento do adicional noturno, para o empregado com jornada normal noturna ou mista, nos casos de não comparecimento ao trabalho pelos motivos de licença médica até os primeiros 15 (quinze) dias, treinamento, viagem a serviço ou folgas compensatórias resultantes de trabalho em dias de repouso remunerado ou feriado.

**REVISÃO:** alteração para que o cálculo seja feito sobre o cômputo total da remuneração.

#### Cláusula 06 - AJUDA DE CUSTO NA TRANSFERÊNCIA

- A ajuda de custo pela transferência do empregado, por necessidade de serviço, continuará sendo calculada sobre o valor do salário-base, acrescido de anuênios, do IGQP incorporado e, quando for o caso, da gratificação de função. O valor mínimo da ajuda de custo será de R\$ \_\_\_\_\_. § 1º - As despesas com a transferência por necessidade de serviço serão de responsabilidade da ECT, nos termos do



Manual de Pessoal - MANPES. § 2º - Os empregados transferidos para exercício de função gratificada ou de confiança, na localidade de destino, farão jus à respectiva gratificação a partir do início do período de trânsito, quando houver. § 3º - A ECT dará especial atenção aos pedidos de transferência de empregados, observando os critérios vigentes no Sistema Nacional de transferência - SNT, procurando conciliar cada caso a real necessidade do serviço."

**REVISÃO:** ver propostas de Cláusulas econômicas.

**Cláusula 07- ANISTIA** - Quando os atos de anistia prevista em lei determinarem o retorno do anistiado aos quadros da Empresa, a ECT se compromete a adotar, de imediato, os procedimentos para o cumprimento da decisão, permitindo o acesso às informações de documentos aos interessados. Parágrafo Único. Os assuntos relacionados à anistia, que não foram objetos de decisão judicial ou de Comissões específicas, serão tratados entre a GNEG e a Comissão de Anistia da Federação ao qual o Sindicato dos Empregados dos Correios estiver filiado.

**REVISÃO:** Acrescentar:

Redação do Termo de Acordo da MNNP

§2º Os empregados anistiados da Lei 8878/94 terão seus salários e gratificações revistos e atualizados no período de seu desligamento até a data de seu retorno aos quadros da ECT;

§ 3º será concluída até 31/08/2014 a revisão de cada processo com relação a RS – Referência Salarial, considerando as progressões/promoções, anuênios e o IGQP – ACT 1999-2000 e fazendo a evolução salarial simulando como se na ativa estivesse no período e inexecução contratual. Serão consideradas as progressões/promoções concedidas pela Empresa em caráter coletivo, observados os critérios da época.

§4º Os anuênios serão retomados na mesma data-base registrada no momento do desligamento.

§ 5º de acordo com a ON-04/2008-MPOG – Artigo 12, o qual prevê que no momento do retorno não seria considerado um novo contrato e sim manter o contrato anterior.

§ 6º Os anistiados pela Lei 10.559/02, terão seus filhos incluídos no convênio médico.

§ 7º A ECT garantirá o retorno imediato dos demitidos que ingressaram com processo nos TRT's e TST, que já obtiveram êxito em 1º ou 2º instância.

§ 8º Será revogada todas as portarias referentes as Leis 8632/93 e 11.282/06 que foram indeferidas pela CUNJUR porém tem o parecer favorável pela CEA.

§ 9º A ECT fornecerá o quadro de funcionários demitidos sem justa no período compreendido entre 05/10/1988 até 23/02/2006. Destacando-se o PDV's e PDI's.

§ 10º A ECT concederá acesso livre a todos os documentos em sua posse a todos os demitidos que encaminharem requerimento por escrito.

**Cláusula 08 - ANTECIPAÇÃO DE 50% DA GRATIFICAÇÃO NATALINA**

- Os empregados que, em 2015, não gozarem férias até junho e não optarem pelo recebimento por ocasião de suas férias, receberão, a título de adiantamento, a metade do 13º (décimo terceiro) salário em 2 (duas) parcelas, sendo: 25% (vinte e cinco por cento) na folha de pagamento do mês de março/2015 e 25% (vinte e cinco por cento) na de junho/2015, ou, por sua opção, em uma só parcela de 50% (cinquenta por cento) na folha de pagamento de junho/2015. § 1º - A diferença entre o valor do 13º (décimo terceiro) salário e o que foi adiantado na forma da presente cláusula será paga até 20/12/2015. § 2º - A ECT garantirá, aos empregados que optarem, o direito de receber a antecipação de 50% (cinquenta por cento) da gratificação natalina no seu período de férias, de janeiro a novembro.

**Cláusula 09 - ANUÊNIOS - A ECT** garantirá aos empregados, mensalmente, 1% (um por cento) aplicado ao seu salário-base e respectivo valor da gratificação de função ou complementação de remuneração singular, quando houver, por ano de serviço prestado, observado o limite máximo de retroação a 20/03/69, data da criação da Empresa, assegurados os direitos anteriormente adquiridos pelos empregados. § 1º - Cada novo anuênio será pago a partir do mês em que se completar a data-base de anuênio do empregado. § 2º - O limite máximo para o adicional de tempo de serviço é de 35% (trinta e cinco por cento). § 3º - As vantagens previstas nesta cláusula não geram direitos em relação a pagamentos pretéritos.

**REVISÃO:** alteração do §2º para que o limite perdure "enquanto o empregado permanecer na empresa".

**Cláusula 10 - ASSÉDIO SEXUAL E ASSÉDIO MORAL - A ECT**

prosseguirá no desenvolvimento de programas educativos, visando coibir o assédio sexual e assédio moral. § 1º - Continuará promovendo eventos de sensibilização para a inserção e convivência dos profissionais da ECT no exercício do trabalho, de forma a prevenir o assédio sexual e o assédio moral. § 2º - As denúncias de casos de assédio sexual e de assédio moral deverão ser feitas pelo próprio empregado, por escrito, à área de gestão das relações sindicais e do trabalho, para a devida análise e encaminhamento, conforme o caso, ao grupo de trabalho responsável pela apuração. O empregado poderá solicitar o apoio da entidade sindical. § 3º - Havendo a comprovação da denúncia ou em não se constatando os fatos denunciados, em ambos os casos, as vítimas, se solicitarem, receberão a orientação psicológica pertinente.

**REVISÃO:** Os casos desta natureza serão acompanhados pela entidade sindical. § 3º - A ECT fica obrigada a instaurar procedimento administrativo para apuração das denúncias sobre assédio moral e sexual, com o devido acompanhamento das entidades sindicais.

**Cláusula 11 - ASSISTÊNCIA MÉDICA / HOSPITALAR E ODONTOLÓGICA.**

A ECT, na qualidade de gestora, com vistas a manter a qualidade da cobertura de atendimento, oferecerá serviço de assistência médica,

hospitalar e odontológica aos empregados ativos, aos aposentados na ECT que permanecem na ativa, aos aposentados desligados sem justa causa ou a pedido e aos aposentados na ECT por invalidez, bem como a seus dependentes que atendam aos critérios estabelecidos nas normas que regulamentam o Plano de Saúde, os quais, na vigência deste Acordo Coletivo/ Instrumento Normativo, não poderão ser modificados para efeito de exclusão de dependentes. Eventual alteração no plano de ASSISTÊNCIA MÉDICA / HOSPITALAR E ODONTOLÓGICA vigente na empresa, será precedida de estudos atuariais por comissão paritária. A participação financeira dos empregados no custeio das despesas, mediante sistema compartilhado, ocorrerá de acordo com os percentuais a seguir discriminados por faixa salarial, observados os limites máximos para efeito de compartilhamento citados no parágrafo 1º, excluída de tais percentuais a internação opcional em apartamento e a prótese odontológica, que têm regulamentação própria. a) NM-01 até NM-16 - 10%; b) NM-17 até NM-48 - 15%; c) NM-49 até NM-90 - 20%; d) NS-01 até NS-60 - 20%. § 1º - O teto limite máximo para efeito de compartilhamento será de: a) Para os empregados ativos 2 vezes o valor do salário-base do empregado; b) Para os aposentados desligados 3 vezes o valor da soma do benefício recebido do INSS e suplementação concedida pelo POSTALIS. § 2º - Os exames periódicos obrigatórios para os empregados ativos. Serão realizados sem quaisquer ônus para os mesmos, obedecendo a grade de exames estabelecida pela Área de Saúde da ECT. § 3º - Enquanto durar o afastamento em razão de acidente de trabalho (código 91 do INSS), o empregado ativo terá direito à assistência médico-hospitalar e odontológica, sendo o atendimento totalmente gratuito na rede conveniada, no que se relaciona ao respectivo tratamento. Os valores relativos ao atendimento na rede conveniada para os casos não relacionados ao tratamento do acidente de trabalho serão compartilhados dentro dos percentuais estabelecidos nesta cláusula. § 4º - Os empregados afastados por Auxílio Doença (código 31 do INSS) terão direito à assistência médico-hospitalar e odontológica, sendo que os valores relativos ao atendimento na rede credenciada serão compartilhados dentro dos percentuais estabelecidos nesta cláusula. § 5º - A ECT garantirá o transporte dos empregados com necessidade de atendimentos emergenciais, do setor de trabalho para o hospital conveniado mais próximo. § 6º - Os aposentados citados no caput desta cláusula terão que ter, no mínimo, 10 (dez) anos de serviços contínuos ou descontínuos prestados à ECT, sendo que o último período trabalhado não poderá ter sido inferior a 5 (cinco) anos contínuos. § 7º - Os ex-empregados, aposentados na ECT a partir de 01/01/1986, que não tenham sido cadastrados, poderão efetuar, exclusivamente, a sua própria inscrição e a do seu respectivo cônjuge ou companheiro(a) no Plano de Saúde da ECT. § 8º - A ECT ressarcirá aos empregados ativos, mediante modelo de comprovação a ser regulamentado, o valor gasto em medicamentos definidos em lista própria, até o limite de R\$ 28,00 (vinte e oito reais) mensais. § 9º - O disposto no

parágrafo anterior não se trata de salário, conforme o inciso IV, § 2º, do Artigo 458 da CLT.

**REVISÃO:** ver Cláusulas econômicas (supressão/diminuição dos percentuais suportados pelos trabalhadores para o custeio)

**Cláusula 12 - ATESTADO DE SAÚDE NA DEMISSÃO**

- Quando solicitado pelo sindicato, a Empresa encaminhará cópia de todas as rescisões, acompanhadas do Atestado de Saúde Ocupacional - ASO, dos empregados demitidos nas unidades do interior, cujas homologações foram realizadas nas DRTs, bem como daqueles demitidos antes de completarem 1 (um) ano de serviço e que fizeram a homologação na própria Empresa. Parágrafo Único. A Empresa autorizará a realização de exames complementares, sempre que solicitado pelo médico responsável pela emissão do ASO.

**Cláusula 13 - AUXÍLIO PARA DEPENDENTES COM DEFICIÊNCIA.**

A ECT reembolsará aos empregados cujos filhos, enteado e tutelados dependam de cuidados especiais as despesas dos recursos especializados que utilizem, observado o seguinte: a) para os efeitos desta cláusula, entendem-se como recursos especializados os resultantes da manutenção em instituições escolares, adequadas à educação e desenvolvimento neuropsicomotor de pessoas dependentes de cuidados especiais; b) a manutenção dos dependentes de cuidados especiais em associações afins e também as decorrentes de tratamentos especializados condicionam-se à prévia análise do Serviço Médico da ECT; c) o valor do reembolso previsto nesta cláusula corresponde ao somatório das despesas respectivas, condicionado ao limite mensal R\$ \_\_\_\_\_ em relação a cada um dos dependentes de cuidados especiais; d) os gastos mensais superiores ao limite estipulado na alínea anterior poderão ser reembolsados com base em pronunciamento específico por parte do Serviço Médico e do Serviço Social da ECT, conforme documento básico. Parágrafo Único - O reembolso será mantido mesmo quando os respectivos empregados encontrarem-se em licença médica.

**REVISÃO:** ver Cláusulas econômicas.

Acrescentar redação do Termo de Acordo.

O auxílio será garantido aos filhos após os empregados afastarem-se por motivo de aposentadoria.

**Cláusula 14 - COMISSÃO INTERNA DE PREVENÇÃO DE ACIDENTES - CIPA**

- A ECT realizará eleições para composição da CIPA em todos os seus estabelecimentos cujo efetivo seja superior a 30 (trinta) empregados. § 1º - A eleição para a CIPA será convocada em até 90 (noventa) dias antes do término do mandato e realizada com antecedência de 30 (trinta) dias do seu término, facultando ao sindicato o acompanhamento. § 2º - A partir de 31 (trinta e um) empregados observar-se-á o que estabelece a NR-05. § 3º - Nos estabelecimentos com



efetivo de até 30 (trinta) empregados a ECT designará um responsável pelo cumprimento dos objetivos da CIPA. § 4º - Para o desenvolvimento de suas atividades (verificação das condições de trabalho, elaboração de mapa de risco, reuniões etc), quando convocado pela CIPA com 72 (setenta e duas) horas de antecedência, no mínimo, será garantida aos cipeiros a seguinte liberação mensal: 4 (quatro) horas nos estabelecimentos com menos de quatrocentos empregados, 6 (seis) horas nos estabelecimentos com quatrocentos a mil empregados e 8 (oito) horas nos estabelecimentos com mais de mil empregados. § 5º - Sempre que solicitado, a CIPA fornecerá aos sindicatos a ata de reunião, 5 (cinco) dias úteis após a solicitação. § 6º - A ECT garantirá a visita do médico do trabalho do quadro próprio ou credenciado, a quaisquer dos locais de trabalho, sempre que necessário e solicitado pela CIPA. § 7º - ECT manterá, em seus órgãos operacionais, materiais necessários à prestação de primeiros socorros, considerando-se as características da atividade desenvolvida, conforme subitem 7.5.1. da NR 7 (PCMSO).

**Cláusula 15 - CONCILIAÇÃO DE DIVERGÊNCIAS** - Eventuais divergências de interpretação relacionadas ao disposto no Acordo Coletivo/ Instrumento Normativo deverão ser comunicadas por escrito à ECT, para fins de conciliação, no prazo de 15 (quinze) dias, antes de serem submetidas à Justiça do Trabalho.

**Cláusula 16 - CONCURSO PÚBLICO** - A ECT garantirá que nos concursos públicos realizados para preenchimento de seus cargos não haverá quaisquer discriminações raciais, religiosas ou de orientação sexual, conforme previsão da CF/88, respeitando o percentual de 10% (dez por cento) das vagas destinadas aos deficientes físicos.

**Cláusula 17 - CONTRATAÇÃO DE EMPREGADOS** - A ECT continuará observando a sistemática de alocação e reposição de pessoal, com vistas a garantir a manutenção do efetivo necessário à prestação qualitativa e contínua dos serviços postais.

**Cláusula 18 - CURSOS E REUNIÕES OBRIGATÓRIAS** - Os cursos e reuniões obrigatórios, por exigência da ECT, para capacitação do empregado nas atribuições próprias do cargo/ atividade/especialidade que ocupa ou para atuação em trabalhos específicos se não forem realizados no horário de serviço, acarretarão pagamento de horas extras aos empregados participantes. § 1º - Poderá haver compensação em dobro, em substituição ao pagamento das horas extras realizadas, conforme o caput, desde que acordado entre a ECT e o empregado. § 2º - A ECT comunicará aos empregados com, no mínimo, 3 (três) dias úteis de antecedência sobre sua participação em cursos obrigatórios. § 3º - A ECT desenvolverá treinamento para os empregados recém-contratados que trabalham com valores e continuará orientando sobre a identificação de cédulas falsas. § 4º - Os locais de treinamento deverão estar devidamente adequados para realização dos cursos.

**Cláusula 19 - DELEGADO SINDICAL**

- O delegado sindical não será punido nem demitido sem que os fatos motivadores da respectiva falta sejam inteiramente apurados, mediante procedimento próprio, ficando resguardado amplo direito de defesa, com a assistência da entidade sindical de sua base territorial, que será notificada com a devida antecedência. Parágrafo Único. O número de delegados por Sindicato se dará dentro de critérios de razoabilidade e, em caso de excesso, a questão será avaliada pela ECT, em conjunto com a FINDECT E SINDICATOS A ELA FILIADOS.

**Cláusula 20 - DESCONTO ASSISTENCIAL** - A ECT promoverá o desconto assistencial, conforme aprovado em assembleia geral da categoria, na folha de pagamento do empregado filiado à entidade sindical. § 1º - Se o empregado não concordar com o desconto de que trata esta cláusula, deverá manifestar essa intenção ao Sindicato, até o dia 12 (doze) do mês do desconto, em documento assinado pelo próprio interessado (válido para todas as parcelas, em caso de desconto parcelado), e, por opção exclusiva do empregado, encaminhado via postal sob registro ou entregue nas Sedes das Entidades Sindicais. § 2º - Para que se verifique o desconto, as respectivas representações sindicais enviarão à ECT cópia das Atas das Assembleias em que foram decididos os percentuais, até o 2º (segundo) dia útil, e relação dos empregados que desautorizaram o desconto, até o dia 15 (quinze) do mês de incidência. § 3º - A ECT não poderá induzir os empregados a desautorizar o desconto por intermédio de requerimento ou outros meios, devendo, no entanto, dar conhecimento desta Cláusula no mês do desconto.

REVISÃO: efetivação do desconto aprovado em Assembléia a todos os empregados, filiados ou não. Assegurado o direito à oposição do desconto aos empregados não filiados/associados.

**Cláusula 21 - DIREITO À AMPLA DEFESA** - Aos empregados arrolados em processo de apuração de falta grave e por sua solicitação serão assegurados a obtenção de documentos e o amplo direito de defesa. As cópias dos documentos poderão ser entregues diretamente ao empregado envolvido ou ao seu procurador legal, quando solicitado formalmente. A critério do empregado o sindicato poderá acompanhar o processo de apuração.

**Cláusula 22 - DISCRIMINAÇÃO RACIAL** - A ECT continuará implementando políticas de orientação contra discriminação racial, em sintonia com as diretrizes do Governo Federal. § 1º - A ECT apurará os casos de discriminação racial ocorridos em seu âmbito e também os praticados contra os seus empregados no cumprimento das suas atividades, sempre que a ela forem denunciadas. § 2º - A denúncia aqui referida deverá ser dirigida, pelo próprio empregado, por escrito, à área de gestão das relações sindicais e do trabalho, para análise e encaminhamento.

Incluir redação do Termo de Acordo

**Cláusula 23 - DISTRIBUIÇÃO DOMICILIÁRIA** - A Distribuição Domiciliária de Correspondência será efetuada de acordo com os seguintes critérios: a) O limite de peso transportado

pelo carteiro quer na saída das Unidades quer nos Depósitos Auxiliares, não ultrapassará 10 (dez) kg para homem e 08 (oito) kg para mulher; b) Em caso de gravidez, o limite do parágrafo anterior poderá ser reduzido mediante prescrição expressa de médico especialista, homologada pelo Serviço Médico da ECT; c) A ECT dará continuidade no redimensionamento das unidades de distribuição, com a participação dos carteiros envolvidos e a participação de um dirigente sindical regularmente eleito, quando solicitado pelo sindicato. Após sua conclusão, o redimensionamento será implantado integralmente em até 120 (cento e vinte) dias, após a liberação das vagas necessárias pelos órgãos competentes; d) A ECT compromete-se a aperfeiçoar os critérios e ampliar a aplicação de processo seletivo interno no preenchimento de vagas de função para o sistema motorizado de entrega domiciliária. O tempo de atuação do carteiro na atividade será o critério de maior peso e de desempate; e) Depois de realizado o processo seletivo interno e não havendo êxito no preenchimento das funções de Motorizado (M) e Motorizado (V), a ECT, mediante seleção entre os carteiros interessados e que, não possuam as respectivas carteiras de habilitação, garantirá os recursos necessários para a obtenção das mesmas; f) A responsabilização por perdas, extravios e danos em objetos postais, malotes e outros será definida mediante aplicação do respectivo processo de apuração; g) A ECT continuará aprimorando o complexo logístico de seu fluxo operacional, visando à otimização dos processos com vistas à antecipação do horário da distribuição domiciliária, sem comprometer a qualidade operacional ou as necessidades dos clientes, e zelando pela saúde dos trabalhadores.

REVISÃO: alteração do limite máximo de peso para 7 (sete) kg para homem e 5 (cinco) kg para mulher.

Durante a vigência deste acordo a ECT implantará a entrega matutina em todas as unidades de distribuição.

Acrescentar a redação do Termo de Acordo, 30% durante o afastamento licença gestante.

**Cláusula 24 - EMPREGADO PORTADOR DO VÍRUS HIV** - Em caso de recomendação médica ou por solicitação e interesse do empregado portador do vírus HIV, preservado o sigilo de informação, a ECT promoverá o seu remanejamento para outra posição de trabalho que o ajude a preservar seu estado de saúde, vedada a sua dispensa sem justa causa. Parágrafo único - A ECT realizará ações junto a entidades públicas, visando facilitar a obtenção de medicamentos para tratamento do empregado de que trata esta cláusula, bem como autorizará a realização de todos os exames necessários ao tratamento, observando-se as regras do Correios Saúde.

REVISÃO: ver Cláusulas econômicas (isentar empregados portadores de doenças graves de custeio dos planos)

**Cláusula 25 - FORNECIMENTO DE CAT/LISA** - A ECT emitirá CAT nos casos de doenças ocupacionais, de acidentes do trabalho, de assaltos aos empregados em

serviço, nas atividades promovidas e em representação. Parágrafo único - Sempre que solicitado pelo sindicato e havendo a "expressa" concordância do empregado, a ECT fornecerá, até o 10º (décimo) dia útil de cada mês, cópia das CAT/LISA relativas aos acidentes ocorridos no mês imediatamente anterior.

REVISÃO: supressão da expressão "expressa" concordância.

**Cláusula 26 - FORNECIMENTO DE MANUAL** - A ECT quando solicitada, fornecerá aos Sindicatos dos Empregados dos Correios, desde que respeitada a Lei de Acesso a Informação, cópia dos manuais da Empresa, no prazo de 5 (cinco) dias da data de recebimento da solicitação. Quando o manual for considerado estratégico para a Empresa, haverá a necessidade de ser assinado, pela entidade sindical um termo de confidencialidade.

Acrescentar redação do Termo de Acordo.

**Cláusula 27 - GARANTIAS A MULHERECETISTA** - AECT garantirá às empregadas: a) mudança provisória de tarefa, mediante prescrição expressa de médico especialista, devidamente homologada pelo Serviço Médico da ECT, quando a atividade desempenhada coloque em risco seu estado de gravidez; b) que ocupem os cargos/atividades de carteiro, motorista e operador de triagem e transbordo, sem prejuízo do disposto na alínea anterior, a mudança provisória automática, a partir do 5º (quinto) mês de gestação, para serviços internos que preservem o estado de saúde da mãe e da criança; c) durante a situação especial prevista nas alíneas a e b desta cláusula, as empregadas que já recebiam o Adicional de Atividade de Distribuição e/ou Coleta, passarão a fazer jus, excepcionalmente, ao recebimento do Adicional de Atividade de Tratamento - AAT, desde que estejam desempenhando as atribuições próprias da atividade de tratamento e que sejam observadas as demais regras de concessão; d) durante a prorrogação, as empregadas que já recebiam Adicional de Atividade de Distribuição e/ou Coleta, continuarão a fazer jus ao referido Adicional; e) data do início da licença-maternidade entre o 28º (vigésimo oitavo) dia antes do parto e a ocorrência deste, mediante apresentação de atestado médico; f) quando do término da licença-maternidade de 120 dias, sua permanência por mais 2 (dois) meses em atividades internas, mantendo-se o estabelecido na alínea 'c'. Após esse período, a empregada retornará à distribuição domiciliária; g) quando a empregada optar pela prorrogação da licença-maternidade não fará jus ao que está previsto na alínea 'f' desta cláusula; h) conciliar o início da fruição de suas férias com o final da licença-maternidade, observado o seu período aquisitivo, devendo esse tempo ser deduzido dos 2 (dois) meses mencionados na alínea 'f' desta cláusula; i) o pagamento do salário maternidade à empregada, observadas as normas da Previdência Social; j) estabilidade no emprego por 90 (noventa) dias, salvo por motivo de demissão por justa causa ou a pedido, a partir da data de término da licença-maternidade, inclusive prorrogação; k) banheiro feminino, com ducha higiênica, em todas as novas edificações e reformas das unidades com área superior a 120 (cento e vinte) m<sup>2</sup>; l)



direito de igualdade na seleção para exercer a função motorizada.”

Acrescentar a redação do Termo de Acordo – Manutenção AADC

**Cláusula 28 - GARANTIAS AO EMPREGADO ESTUDANTE**

– A ECT facultará aos empregados estudantes as seguintes garantias: a) abono de ausências nos dias em que estiver comprovadamente realizando provas de exame vestibular para ingresso em estabelecimento de ensino superior, devendo o empregado inscrito apresentar cópia do documento legal de inscrição no respectivo exame vestibular, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias; b) não alteração da jornada de trabalho, no decurso de um período letivo, na medida do interesse do serviço, para não prejudicar seu horário escolar; c) realização de estágio curricular na própria Empresa, na medida da conveniência e possibilidade desta, desde que não comprometa a execução das atividades dos interessados, d) política de incentivo ao desenvolvimento educacional de seus empregados, com destaque para o ensino fundamental e médio, devendo a FINDECT E SINDICATOS A ELA FILIADOS e as entidades sindicais estimularem os seus associados para que concluam prontamente o ensino médio; e) acesso à internet, em conformidade com o Programa de Inclusão Digital Interna PIDI, cuja utilização se dará em horários previamente acertados com o gestor da unidade, de modo a não prejudicar as atividades de trabalho; f) gestão junto a estabelecimentos de ensino pré-vestibular e faculdades/universidades para obtenção de descontos nas mensalidades escolares, inclusive para os seus dependentes; g) O empregado estudante, comprovadamente matriculado, não será convocado para a realização de horas-extras em horário que coincida com o escolar, durante o período letivo, sem que haja a sua ‘expressa’ concordância.

Acrescentar o Estatuto do Estudante

**Cláusula 29 - GRATIFICAÇÃO DE FÉRIAS**

– A ECT concederá a todos os empregados gratificação de férias no valor de 70% (setenta por cento) da remuneração vigente, estando incluído neste percentual o previsto no Inciso XVII do artigo 7º (sétimo) da Constituição Federal, assegurados os direitos anteriormente adquiridos pelos empregados. § 1º - No caso de concessão de férias ocorrer em dois períodos, a gratificação de férias será paga proporcionalmente a cada período. § 2º - A vantagem prevista nesta cláusula não gera direitos em relação a pagamentos pretéritos.

**Cláusula 30 - GRATIFICAÇÃO DE QUEBRA DE CAIXA**

– A ECT concederá aos empregados que exercem durante toda a sua jornada de trabalho as atividades de recebimento e pagamento de dinheiro à vista (em espécie ou em cheque), em guichês de Agências, gratificação de quebra de caixa no seguinte valor: a) R\$ \_\_\_\_\_ para os empregados que atuam em guichê de agências que não operam o Banco Postal; b) R\$ \_\_\_\_\_ para os empregados que atuam em guichê de agências que operam o Banco Postal. § 1º - Se o empregado estiver recebendo ou vier a receber qualquer outra gratificação

de função, prevalecerá a maior, para que não haja acumulação de vantagens. § 2º - A vantagem prevista nesta cláusula não gera direitos em relação a pagamentos pretéritos; § 3º - A partir de janeiro de 2010, os empregados que atuarem, em parte da sua jornada diária de trabalho, em guichês de Agências, cobrindo horário de almoço de titular de guichê, farão jus a 25% (vinte e cinco por cento) do valor previsto nas alíneas a e b, conforme o caso.

**REVISÃO:** VER proposta de Cláusulas econômicas

**Cláusula 31 - HORAS-EXTRAS**

– As horas extraordinárias serão pagas na folha do mês subsequente à sua realização, mediante acréscimo de 70% (setenta por cento) sobre o valor da hora normal em relação ao salário-base. Parágrafo Único - As horas e/ou frações de hora que o empregado foi oficialmente liberado não poderão ter o respectivo período para compensação de hora extra trabalhada em outro dia.

**REVISÃO:** alteração para que o cálculo seja feito sobre o cômputo total da remuneração. Adequar a Cláusula à Súmula 264 do TST.

**Cláusula 32 - INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS**

– A ECT se compromete a realocar o empregado cuja atividade seja afetada por inovações tecnológicas ou racionalização de processo, remanejando-o para outra atividade compatível com o cargo que ocupa, qualificando-o para o exercício de sua nova atividade.

**Cláusula 33 - ITENS DE USO E PROTEÇÃO AO EMPREGADO**

– A ECT fornecerá sem ônus aos empregados, uniformes adequados ao sexo masculino ou feminino, à atividade desenvolvida na empresa e às condições climáticas da região, no prazo de reposição previsto para cada peça e testado previamente pelos trabalhadores, por amostragem, quando do desenvolvimento do modelo. § 1º - A ECT fornecerá meias de compressão, joelheira e cinturão ergonômico para os (as) carteiros(as), OTTs, motoristas e atendentes comerciais, de acordo com a recomendação médica e homologada pelo Serviço Médico da ECT. § 2º - A ECT assegurará aos OTTs condições de higiene para o manuseio de malas e caixetas, bancadas e ferramentas adequadas, proibição do trabalho continuamente em pé e respeito ao peso máximo previsto para os receptáculos que são manuseados. § 3º - A ECT fornecerá aos carteiros(as) tênis providos de amortecedores com gel ou outro processo compatível, para proteção da coluna vertebral. § 4º - O fornecimento de Equipamento de Proteção Individual (EPI) aos empregados será feito conforme a NR 06. § 5º - A ECT fornecerá, sem ônus para o empregado, protetor solar, óculos de sol ou ‘clip on’ para os trabalhadores que executam atividades de distribuição domiciliar, conforme recomendação médica, homologada pelo Serviço Médico da ECT. § 6º - A ECT garantirá a elaboração do Programa de Prevenção de Riscos Ambientais - PPRA nos seus estabelecimentos e a adoção das medidas por ele indicadas. § 7º - A ECT promoverá campanhas de conscientização contra os perigos da exposição solar. § 8º - Para o empregado designado com a função de

Motorizado M, o fornecimento inicial dos seguintes itens de uniforme: luvas, calça, jaqueta de couro, bota e macacão, será de duas peças por item. § 9º - Nas situações em que o empregado designado com a função de Motorizado M atue regularmente na distribuição domiciliar convencional, será fornecido também um par de tênis e calça ou bermuda. § 10º - A ECT continuará aplicando orientação e treinamento dos empregados para o uso adequado dos equipamentos de proteção individual, ergonômicos e uniformes. § 11º - A ECT prosseguirá com os estudos referentes à definição de mesa ergonômica para carteiro, como forma de preservar a saúde ocupacional do empregado. § 12º - A ECT, durante a vigência deste Acordo Coletivo/ Instrumento Normativo, estabelecerá regras e procedimentos, inserindo-as no documento básico, com a finalidade de criar o cadastro regional e nacional de doadores de sangue e a colocação do tipo sanguíneo no crachá. A substituição dos crachás ocorrerá gradativamente, a partir do exame periódico, respeitando-se os contratos existentes.”

**Cláusula 34 - JORNADA DE TRABALHO NAS AGÊNCIAS DE CORREIOS**

– O início da jornada de trabalho dos empregados lotados nas Agências de Correio deverá ser escalonado de modo a permitir sua abertura e fechamento nos horários estabelecidos para cada unidade. Parágrafo Único - A ECT respeitará os horários estabelecidos para a jornada de trabalho e para o intervalo de alimentação.

**Cláusula 35 - JORNADA DE TRABALHO PARA TRABALHADORES EM TERMINAIS COMPUTADORIZADOS**

– Aos empregados com atividade permanente e ininterrupta de entrada de dados nos terminais computadorizados, por processo de digitação, será assegurado intervalo de 10 (dez) minutos para descanso a cada 50 (cinquenta) minutos trabalhados, computados na jornada normal de trabalho.

**REVISÃO:** aplicação desta jornada aos teleatendentes;

Alterar para 15 minutos.

**Cláusula 36 - LIBERAÇÃO DE DIRIGENTES SINDICAIS**

– A ECT liberará 11 (onze) empregados para as Federações legalmente constituídas e, 5 (cinco) empregados para cada sindicato dos empregados dos Correios, regularmente eleitos como dirigentes sindicais (comprovado por meio de Ata), nas bases sindicais com até 10.000 (dez mil) empregados, sem prejuízo de suas remunerações e outras vantagens prescritas em lei. Nas bases sindicais com efetivo superior a 10.000 (dez mil) empregados, será liberado mais um empregado a cada grupo de 2.500 (dois mil e quinhentos) empregados, ou fração, limitado a 9 (nove) liberações. § 1º - O benefício das liberações de que trate esta cláusula terá validade a partir da presente Acordo Coletivo/Instrumento Coletivo e não se aplica às entidades sindicais que sejam constituídas de 1º de agosto de 2009 em diante. § 2º - Toda e qualquer liberação de dirigente sindical, com ou sem ônus para a ECT, deverá ser solicitada por escrito

à Gerência de Negociações Trabalhistas - GNEG (se da FINDECT) ou ao ASGET (se dos respectivos Sindicatos), e protocolada, no mínimo, em até 2 (dois) dias úteis de antecedência da data de início da liberação. § 3º - As entidades sindicais deverão indicar, nas ocasiões oportunas e com o prazo de antecedência apontado no parágrafo anterior, o nome dos dirigentes que permanecerão liberados com ônus para a ECT. § 4º - Nas liberações com ônus para a FINDECT E SINDICATOS A ELA FILIADOS ou Sindicatos, o benefício de assistência médica regularmente compartilhada será mantido. A participação financeira dos empregados no custeio das despesas médicas, se dará conforme previsto na cláusula 11 – Assistência Médica/Hospitalar e Odontológica, do Acordo Coletivo/Acórdão Vigente e será descontado, do repasse das mensalidades dos Sindicatos. § 5º - A liberação de dirigentes sindicais para os Sindicatos/ FINDECT E SINDICATOS A ELA FILIADOS (sem ônus para a ECT) será considerada para efeito de registro de frequência como ‘Licença não Remunerada de Dirigente Sindical’, com o respectivo lançamento no contracheque. § 6º - A liberação de representante eleito em Assembleia da categoria para participação em eventos relacionados às atividades sindicais ocorrerá sem ônus para a ECT, com reflexos pecuniários na folha de pagamento e reflexos de dilatação do período aquisitivo de férias, porém sem repercussão no aspecto disciplinar e sem redução do período de fruição das férias.

**REVISÃO:** Liberação de acordo com a proporção 1:500

**Cláusula 37 - LIBERAÇÃO DE CONSELHEIRO DO POSTALIS**

– A ECT, por solicitação do conselheiro, liberará os membros do Conselho Deliberativo e Fiscal do Postalís, eleitos pelos empregados ou indicados pela Empresa, pertencentes aos seus quadros, para o exercício das atribuições próprias dos respectivos colegiados.

**Cláusula 38 - LICENÇA-ADOÇÃO**

– A ECT concederá às trabalhadoras adotantes ou guardiãs em processo de adoção a licença-adoção, conforme previsto na legislação vigente, descrita a seguir nos parágrafos de 1º (primeiro) ao 4º (quarto). § 1º - No caso de adoção ou guarda judicial de criança de até 1 (um) ano de idade, o período de licença será de 120 (cento e vinte) dias. § 2º - No caso de adoção ou guarda judicial de criança a partir de 1 (um) ano até 4 (quatro) anos de idade, o período de licença será de 60 (sessenta) dias. § 3º - No caso de adoção ou guarda judicial de criança a partir de 4 (quatro) anos até 8 (oito) anos de idade, o período de licença será de 30 (trinta) dias. § 4º - As empregadas abrangidas pelo disposto nos parágrafos 1º, 2º e 3º desta cláusula poderão optar pela prorrogação da licença-adoção, conforme estabelecido na Cláusula 48 - Prorrogação da Licença-Maternidade - deste Acordo/Instrumento Normativo. § 5º - A licença-adoção só será concedida mediante apresentação do termo judicial de guarda à adotante ou guardiã. § 6º - O empregado adotante fará jus a 5 (cinco) dias úteis a título de licença paternidade. § 7º - O empregado adotante que não possui companheira(o), sem relação estável e



considerado solteiro no processo judicial de adoção, terá direito, após a concessão da adoção, à licença-adoção prevista em lei. § 8º - No caso de relação homoafetiva, estável, o empregado(a) adotante fará jus a licença prevista em Lei, desde que seu companheiro(a) não utilize do mesmo benefício na Instituição onde trabalha.

**REVISÃO:** inserção do §8º (direito ao convênio médico e extensão aos homoafetivos)

**Cláusula 39 - MEDIDAS DE SEGURANÇA** - A ECT se compromete a adotar as medidas necessárias para preservar a segurança física dos empregados, clientes e visitantes que circulam em suas dependências. § 1º - A ECT continuará aprimorando o sistema de transporte de numerários para as agências, de forma a minimizar os riscos. § 2º - Nas novas edificações e reformas de suas unidades, a ECT instalará dispositivos para facilitar o acesso aos empregados e clientes portadores de deficiências físicas. § 3º - A ECT continuará aprimoramento as condições ergonômicas do ambiente de trabalho.

**REVISÃO:** incluir direito a recusa em trabalhar em distrito em que foi vítima de assalto; Segurança privada agências, CEE, UDS, CDD; Escolta armada para os trabalhadores durante a entrega de objetos postais e encomendas nas unidades e distritos com ocorrência de roubos (assaltos).

**Cláusula 40 - MULTAS DE TRÂNSITO** - A ECT arcará, provisoriamente, com as multas de trânsito relativas aos veículos de sua propriedade, quando sua aplicação tenha ocorrido no percurso programado para a prestação dos serviços de coleta e entrega de objetos postais. § 1º - Em não havendo recusa por parte do empregado junto ao órgão de trânsito, a Empresa processará o desconto do valor da multa na próxima folha de pagamento. § 2º - Havendo o recurso por parte do empregado e julgado improcedente pelo órgão de trânsito, obriga-se o infrator a ressarcir à ECT o valor da multa atualizada na forma da lei. § 3º - Verificadas as hipóteses do § 1º (primeiro) ou do § 2º (segundo), o ressarcimento será feito de forma parcelada, obedecido o limite máximo legal de consignações. § 4º - Em caso de necessidade imperiosa de estacionamento em lugar não permitido, exonera-se o empregado dos reflexos financeiros da multa eventualmente aplicada e, por intermédio de seus propositos, a ECT fará gestão junto ao DETRAN no sentido de não serem registrados os respectivos pontos no prontuário da carteira nacional de habilitação. § 5º - Na ocorrência da suspensão da carteira nacional de habilitação pelo DETRAN em função exclusivamente do disposto no §4º (quarto), a ECT remanejará, provisoriamente, sem a perda da função, o empregado para outra atividade compatível com o cargo. § 6º - A ECT manterá a realização dos cursos de direção defensiva. § 7º - Nos casos em que as multas ocorrerem em linhas comboiadas, derivadas de situações em que as ações policiais determinaram a infração, a ECT adotará os mesmos critérios previstos no § 4º (quarto) desta cláusula.

**Cláusula 41 - NEGOCIAÇÃO COLETIVA** - Em caso de ocorrência de

atos econômicos, sociais ou políticos que determinem ou alterem substancialmente a regulamentação salarial vigente, serão revistos de comum acordo pelas partes os termos do presente Acordo Coletivo/ Instrumento Normativo, visando ajustá-lo à nova realidade.

**Cláusula 42 - PAGAMENTO DE SALÁRIO** - Os salários serão pagos no último dia útil bancário do mês trabalhado.

**Cláusula 43 - PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E RESULTADOS** - PLR - A Empresa se compromete a negociar a PLR - Participação nos Lucros e Resultados com a participação dos sindicatos dos empregados dos Correios ou Federação ao qual o sindicato esteja filiado, em conformidade com a Lei 10101, de 19 de Dezembro de 2000.

**Cláusula 44 - PENALIDADE** - Descumprida qualquer obrigação de fazer deste Acordo Coletivo/Instrumento Normativo, por qualquer das partes, ficará a parte infratora obrigada ao pagamento, em favor do empregado prejudicado, de multa equivalente a 20% (vinte por cento) do dia de serviço deste.

**REVISÃO:** Alteração do percentual da multa para 50%

**Cláusula 45 - PERÍODO DE AMAMENTAÇÃO** - A ECT assegurará à empregada, durante a jornada de trabalho de oito horas, um descanso especial de 2 (duas) horas ou dois descansos de uma hora para amamentar o próprio filho, até que este complete 1 (um) ano de idade, já incluídos os descansos previstos em lei. § 1º - Por solicitação da empregada e sem prejuízo às atividades de trabalho, no caso de um descanso especial de 2 (duas) horas, a jornada de trabalho poderá ser de 6 (seis) horas corridas, observando-se a legislação vigente. § 2º - A empregada em período de amamentação, quando solicitar, terá prioridade para preenchimento de vaga caracterizada no cargo, em unidade próxima de sua residência, não podendo haver recusa por parte da chefia do órgão de destino. § 3º - Em caso de jornada inferior à prevista no caput desta cláusula, serão garantidos 2 (dois) descansos especiais de 30 (trinta) minutos durante a jornada ou 1 (um) único descanso de 1 (uma) hora, até que o filho complete 1 (um) ano de idade.

**Cláusula 46 - PROCESSO PERMANENTE DE NEGOCIAÇÃO** - A ECT e o Sindicato dos Empregados dos Correios ou a Federação ao qual o sindicato estiver filiado, manterão um processo permanente de negociação, com a criação de mesas temáticas, para tratar de temas de relevante interesse para os trabalhadores e a Empresa, bem como para acompanhar a operacionalização das cláusulas do presente Acordo Coletivo/ Instrumento Normativo. § 1º - Serão instaladas mesas temáticas, para discussão dos assuntos: Horas-Extras, Condições de Trabalho, Saúde do Trabalhador, Anistia, Questão da Mulher e Gênero e Questão Racial e Sistema de Distritamento-SD, sendo a primeira em até 30 (trinta) dias após a assinatura do presente acordo coletivo; § 2º - A ECT e os Sindicatos dos Empregados dos Correios ou a Federação ao qual o sindicato estiver filiado, em conjunto, elaborarão o cronograma de reuniões a serem realizadas na vigência deste acordo coletivo; § 3º - No período

estabelecido no cronograma mencionado no parágrafo anterior, a ECT liberará os componentes das Comissões, sem prejuízo de suas remunerações e outras vantagens previstas em Lei; § 4º As deliberações resultantes dessas reuniões, quando necessário serão submetidas pelos sindicatos dos empregados dos Correios à apreciação das assembleias.

**Cláusula 47 - PROGRAMA CASA PRÓPRIA** - A ECT desenvolverá um conjunto de ações visando prospectar e divulgar informações relativas às ofertas de moradia para público de baixa renda e realizará gestão junto a entidades públicas e privadas, com vistas a facilitar o processo de aquisição, construção e reforma de moradia.

Incluir Termo de Acordo – Meu Endereço.

**Cláusula 48 - PRORROGAÇÃO DA LICENÇA-MATERNIDADE** - A ECT concederá à empregada a prorrogação por 60 (sessenta) dias da licença maternidade, conforme estabelece a Lei 11.770, vigente a partir de 9/9/2008. § 1º - A empregada deverá requerer a prorrogação, junto à sua unidade de lotação, até o prazo de 30 (trinta) dias antes do término da licença-maternidade de 120 (cento e vinte) dias. § 2º - Durante o período de prorrogação a empregada terá o direito a sua remuneração integral nos mesmos moldes do salário-maternidade pago pela Previdência Social. § 3º - No período de prorrogação, a empregada não poderá exercer qualquer atividade remunerada e a criança não ser mantida em creche ou organização similar. § 4º - A prorrogação será garantida na mesma proporção, também, à empregada que adotar ou obtiver guarda judicial para fins de adoção de criança, desde que requeira no mês da adoção, sendo os períodos de prorrogação os seguintes: a) 60 dias no caso de adoção ou guarda judicial de criança até 1 (um) ano de idade; b) 30 dias no caso de adoção ou guarda judicial de criança a partir de 1 (um) ano até 4 (quatro) anos de idade; c) 15 dias no caso de adoção ou guarda judicial de criança a partir de 4 (quatro) anos até 8 (oito) anos de idade; § 5º - No caso de descumprimento do disposto no § 3º desta cláusula, a empregada perderá o direito à prorrogação; § 6º - A empregada que optar pela prorrogação não fará jus aos benefícios estabelecidos na Cláusula 53 - Reembolso Creche.

**Cláusula 49 - PRORROGAÇÃO, REVISÃO, DENÚNCIA OU REVOGAÇÃO** - A prorrogação, revisão, denúncia ou revogação, total ou parcial, do presente Acordo Coletivo/Instrumento Normativo ficará subordinado às normas estabelecidas pelo art. 615 da CLT.

**Cláusula 50 - QUADRO DE AVISOS** - A ECT assegurará aos Sindicatos dos Empregados dos Correios a instalação de quadro para a fixação de avisos e comunicações de interesse da categoria profissional. § 1º - O quadro de avisos será de propriedade das entidades sindicais e terá as seguintes características e dimensões máximas: a) largura de 1,00 m, comprimento de 1,20m; b) fundo verde e proteção de vidro com fechadura. § 2º - As chaves do quadro de avisos serão de exclusivo controle das entidades sindicais. § 3º - Poderá ser instalado um quadro de avisos em cada unidade da

ECT, em local propício aos seus objetivos e de acesso exclusivo de empregados, cuja localização será definida de comum acordo entre a ECT e o Sindicato. § 4º - Nas comunicações escritas, ficam vedadas as manifestações de conteúdo ou objetivos político-partidários e de ofensas a quem quer que seja.

**Cláusula 51 - REABILITAÇÃO PROFISSIONAL** - Na forma da legislação que trata da saúde do trabalhador, a ECT assegurará a reabilitação profissional de seus empregados, mediante laudo fornecido por Instituição médica ou profissional habilitado, devidamente autorizada pela Previdência Social. § 1º - Quando autorizados pelo órgão competente, os empregados realizarão seu estágio de reabilitação na própria Empresa, em cargo adequado a sua situação. § 2º - A ECT garantirá à estabilidade do reabilitado por um período de 12 (doze) meses. § 3º - A ECT, definirá, em um prazo de até 90 (noventa) dias, a contar da data da assinatura do acordo coletivo, as diretrizes, procedimentos e critérios para que as Comissões Regionais e Nacional de Reabilitação, possam implementar as regras relativas à reabilitação de empregados para os cargos da área Administrativa.

**Cláusula 52. REAJUSTE SALARIAL** - A ECT concederá a seus empregados, a partir de 1/8/2014, reajuste salarial no percentual de \_\_\_\_\_.

**REVISÃO:** ver proposta das Cláusulas econômicas

**Cláusula 53 - REEMBOLSO - CRECHE E REEMBOLSO - BABÁ** - As empregadas da ECT, mesmo quando se encontrarem em licença médica, farão jus ao pagamento de reembolso-creche até o final do ano em que seu filho, tutelado ou menor sob guarda em processo de adoção atingir o sétimo aniversário. § 1º - Para as mães que tenham interesse, a ECT disponibilizará a opção pelo Reembolso-Babá, em conformidade com a legislação previdenciária e trabalhista, com a Lei 8.212/1991, no seu artigo 28, inciso II, § 9º, alínea 's', com a Lei 5.859/1972, e nos termos do artigo 13, inciso XXXIV, da Instrução Normativa 257/2001 da Secretária de Inspeção do Trabalho. § 2º - O pagamento previsto nesta cláusula será realizado mesmo quando o beneficiário se encontrar em licença médica e terá por limite máximo o valor R\$ \_\_\_\_\_ e se destina exclusivamente ao ressarcimento das despesas realizadas com creche, berçário e jardim de infância, em instituições habilitadas, ou ao ressarcimento do Reembolso Babá, mediante apresentação da Carteira de Trabalho e Previdência Social assinada pelo beneficiário, ao pagamento do salário do mês e ao recolhimento da contribuição previdenciária da babá. I - Nos seis primeiros meses de idade da criança, o ressarcimento da despesa com a instituição é realizado de forma integral, conforme estabelece o Inciso I do artigo 1º da Portaria MTE 670/97. Após este período, o ressarcimento, respeitado o limite mensal máximo definido no § 2º desta cláusula, obedece ao percentual de participação, do empregado em 5% (cinco por cento) e da Empresa em 95% (noventa e cinco por cento). II - No caso



da empregada que optou pelo Rembolso-Babá desde o primeiro mês de vida da criança, o ressarcimento máximo será aquele estabelecido no § 2º desta cláusula. § 3º - O direito ao benefício previsto nesta cláusula estende-se ao empregado pai solteiro ou separado judicialmente, que tenha a guarda legal dos filhos, ao viúvo e à empregada em gozo de licença-maternidade por 120 dias. § 4º - Não são consideradas, para efeito de reembolso, as mensalidades relativas ao ensino fundamental, mesmo que o dependente se encontre na faixa etária prevista no caput desta cláusula.”

**REVISÃO:** ver proposta das Cláusulas econômicas

Extensivo aos empregados

**Cláusula 54 - REGISTRO DE PONTO**

- O registro de presença ao serviço será feito exclusivamente pelo empregado, sob a supervisão da Empresa. § 1º - Fica vedada qualquer interferência de terceiros na marcação do cartão de ponto. § 2º - Além da tolerância de 5 (cinco) minutos prevista em lei, para registro do ponto no início de cada turno de trabalho, será concedida uma tolerância adicional de 5 (cinco) minutos em cada início de turno, limitada a 4 (quatro) vezes ao mês.

**Cláusula 55 - RELAÇÃO NOMINAL DE EMPREGADOS**

- A ECT disponibilizará, quando solicitado pelos Sindicatos, por meio magnético, em até 5 (cinco) dias úteis, relação contendo nome, matrícula, cargo/atividade e lotação dos empregados, no intervalo mínimo de 1 (um) mês.

**Cláusula 56 - REPASSE DAS MENSALIDADES DO SINDICATO**

- A ECT se compromete a descontar dos empregados filiados, na forma da legislação vigente, a mensalidade em favor das representações sindicais, mediante comprovação do respectivo valor ou percentual, por meio das Atas de Assembléias que as autorizarem. § 1º - O repasse desses descontos para as entidades sindicais será feito no primeiro dia útil após o pagamento mensal dos salários dos empregados da ECT. § 2º - A ECT se compromete a restabelecer o desconto mensal em favor do sindicato, a partir da data em que os empregados filiados, afastados do trabalho, retornarem ao serviço. § 3º - Os pedidos de filiação e desfiliação deverão ser encaminhados pelos empregados aos respectivos sindicatos. § 4º - Os comunicados de filiação e desfiliação deverão ser encaminhados pelos sindicatos à Empresa até o dia 10 (dez), para possibilitar o processamento na folha de pagamento no mesmo mês.

**Cláusula 57 - SAÚDE DO EMPREGADO**

- A ECT prosseguirá nas campanhas de prevenção de doenças e promoção da saúde, abordando prioritariamente os temas vinculados à saúde e enfermidades relacionadas ao trabalho, possibilitando acesso de seus empregados aos exames necessários, segundo critérios médicos vigentes. § 1º - A ECT continuará desenvolvendo estudos ergonômicos, conforme recomenda a NR 17, para prevenção de LER/DORT. § 2º - De acordo com os critérios médicos vigentes, serão realizados nos, periódicos os exames de câncer de mama, câncer uterino e câncer de próstata. Também

serão realizados os exames de câncer de pele, para os empregados que exercem atividades com constante exposição ao sol, e anemia falciforme, para os empregados afrodescendentes. § 3º - A Empresa promoverá campanhas de combate e prevenção à hipertensão arterial para empregados, com atenção às especificidades do afrodescendente. § 4º - Por indicação profissional e autorização de médico da ECT, será oferecido acompanhamento psicológico para empregados vítimas de assalto no exercício de suas atividades, bem como para os seus dependentes cadastrados no Correios Saúde, nos casos destes serem feitos reféns durante o assalto. Neste último caso, as despesas serão compartilhadas pelo beneficiário titular. § 5º - A Empresa se compromete a entregar ao empregado, quando por ele solicitado, cópia do seu prontuário médico, onde deverão estar todos os exames de Saúde ocupacional, laudo, pareceres e resultados de exame admissional, periódico e demissional, se for o caso. § 6º - Quando solicitado, a ECT encaminhará aos Sindicatos os documentos relativos à segurança e higiene do trabalho. § 7º - A ECT promoverá cursos e palestras de orientação e prevenção sobre dependência química para empregados, assegurando acompanhamento social e psicológico e o tratamento clínico, quando necessários. § 8º - A ECT, com o apoio dos Sindicatos dos Empregados dos Correios e Federações a ela filiados, continuará incentivando a participação dos empregados no programa de ginástica laboral nos locais de trabalho, com o objetivo da prevenção LER/DORT e outras doenças. § 9º - A ECT definirá, em um prazo de até 90 (noventa) dias, a contar da data de assinatura do presente acordo coletivo, as diretrizes, procedimentos e os fluxos de trabalho, para que a Administração Central e as Regionais possam inserir no exame periódico a realização de exame dermatológico, quando solicitado pelo médico, para quem está exposto ao sol e que apresente algum sintoma (mancha) que justifique avaliação de especialista.

**Cláusula 58 - TRABALHO EM DIA DE REPOUSO**

- Sem prejuízo do pagamento do valor correspondente ao repouso semanal remunerado, fica assegurado ao empregado que for convocado a trabalhar em dia de repouso semanal remunerado e feriados o pagamento do valor equivalente a 200% (duzentos por cento), calculado sobre o valor pago no dia de jornada normal de trabalho, fazendo também jus a um vale alimentação ou refeição (de acordo com a modalidade na qual está cadastrado), pelo dia trabalhado, salvo na hipótese do parágrafo segundo. § 1º - Os 200% (duzentos por cento) de que trata esta cláusula serão pagos na folha do mês subsequente a sua apuração. § 2º - A critério do empregado, o dia trabalhado, na forma desta cláusula, poderá ser trocado pela concessão de 2 (duas) folgas compensatórias, devendo as folgas ocorrerem após o dia trabalhado. § 3º - A Empresa se compromete, salvo em casos excepcionais, a evitar as convocações para viagens a serviço em dia de repouso. § 4º - A Empresa se compromete, salvo em casos excepcionais, a realizar a convocação dos empregados nas situações previstas nesta cláusula com, no mínimo, 48 horas de antecedência.

**Cláusula 59 - TRABALHO NOS FINS DE SEMANA**

- Os empregados lotados na Área Operacional com carga de trabalho normal de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, que trabalham regularmente nos fins de semana, receberão pelo trabalho excedente, em relação ao pessoal com jornada de 40 (quarenta) horas semanais, um valor complementar de 15% (quinze por cento) do salário-base pelas horas trabalhadas. § 1º - Para os efeitos desta cláusula, consideram-se como atividades operacionais as de atendimento, transporte, tratamento, encaminhamento e distribuição de objetos postais e as de suporte imprescindível à realização dessas atividades. § 2º - Qualquer empregado, independentemente de sua área de lotação, convocado eventualmente pela autoridade competente, devidamente justificado, terá direito a um quarto de 15% (quinze por cento) por fim de semana trabalhado, limitado a 15% (quinze por cento) ao mês. § 3º - O empregado convocado na forma prevista no parágrafo anterior, com jornada mínima de trabalho de 4 (quatro) horas, fará jus também a um vale alimentação ou refeição (de acordo com a modalidade na qual está cadastrado), pelo dia trabalhado. § 4º - A Empresa se compromete, salvo em casos excepcionais, a realizar a convocação dos empregados nas situações previstas nesta cláusula com, no mínimo, 48 horas de antecedência.

**Cláusula 60 - TRANSPORTE NOTURNO**

- A ECT providenciará transporte, sem ônus para o empregado que inicie ou encerre seu expediente entre 22 (vinte e duas) horas de um dia e 6 (seis) horas da manhã do dia seguinte, em local de trabalho de difícil acesso ou onde comprovadamente não haja, neste período, meio de transporte urbano regular entre a Empresa e a residência do empregado.

**Cláusula 61 - VALE REFEIÇÃO/ALIMENTAÇÃO**

- A ECT concederá aos seus empregados, até o último dia útil da primeira quinzena de cada mês, a partir de agosto/2014, Vale Refeição ou Vale Alimentação no valor facial de R\$ 35,00 (trinta e cinco reais) na quantidade de 23 (vinte e três) ou 27 (vinte e sete) vales, para os que têm jornada de trabalho regular de 5 (cinco) ou 6 (seis) dias por semana, respectivamente, e Vale Cesta no valor de R\$ 342,00 (trezentos e quarenta e dois reais). § 1º - Os benefícios referidos nos itens I e II terão a participação financeira dos empregados nas seguintes proporções: a) 5% para os ocupantes das referências salariais NM-01 a NM-18, b) 10% para os ocupantes das referências salariais NM-19 a NM-38; c) 15% para os ocupantes das referências salariais NM-39 a NM-90, d) 15% para os ocupantes das referências salariais NS-01 a NS-60. § 2º - No período de fruição de férias, licença-maternidade e licença adoção, inclusive prorrogação (conforme legislação específica), também serão concedidos os Vale Refeição/Alimentação e Vale Cesta, mencionados nos itens I e II, nas mesmas condições dos demais meses. Os créditos alusivos aos Vales Refeição, Alimentação e Cesta, em razão do atual suporte eletrônico, serão disponibilizados conforme descrito no Caput desta cláusula. § 3º - O empregado poderá optar por dividir a quantidade do seu Vale Refeição ou Vale Alimentação, sendo 30% no Cartão Refeição e 70% no

Cartão Alimentação ou 30% no Cartão Alimentação e 70% no Cartão Refeição ou 50% em cada um dos cartões. § 4º - A ECT fica desobrigada das exigências previstas nos subitens 24.6.3 e 24.6.3.2 da Portaria MTE nº 13 de 17/09/93, principalmente em relação a aquecimento de marmita e instalação de local caracterizado como Cantina/Refeitório. § 5º - Serão concedidos os Vales Refeição ou Alimentação e Vale Cesta, referidos nesta cláusula, nos primeiros 90 dias de afastamento por motivo de acidente do trabalho e licença médica, inclusive para aposentados em atividade que estejam afastados em tratamento de saúde. Para todos os casos, haverá desconto do devido compartilhamento quando do retorno ao trabalho. I - Em caso de retorno ao auxílio doença e se o motivo ou o CID (Código Internacional de Doenças) de retorno for relacionado ao do último afastamento, o empregado não terá direito à nova contagem de noventa dias para recebimento de Vales-Alimentação, Refeição e Cesta, exceto se o retorno ocorrer após 60 dias corridos, contados da data de retorno da última licença. § 6º - A ECT não descontará os créditos do vale refeição, alimentação e vale cesta na rescisão do empregado falecido, distribuídos anteriormente ao desligamento. § 7º - Concessão de 01 crédito extra no valor total de R\$ \_\_\_\_\_ a título de Vale Cesta extra, respeitados os percentuais de compartilhamento previstos no parágrafo 1º, alíneas (a), (b), (c) e (d) desta cláusula, que será pago até o último dia útil da primeira quinzena de dezembro/2014. Farão jus a esta concessão: I - Os empregados em atividade admitidos até 31/7/2014. II - Os empregados que, em 30/11/2014, estejam afastados pelo INSS (auxílio doença e acidente do trabalho) por até 90 (noventa) dias; III - Empregadas em gozo de licença-maternidade de até 120 (cento e vinte dias) e em licença adoção (conforme legislação específica), inclusive as que optarem pela prorrogação da licença, quando do referido pagamento.

**REVISÃO:** ver propostas das Cláusulas econômicas. Alteração do item I . “concessão do vale alimentação durante o período de afastamento do empregado por motivo de licença médica e acidente de trabalho.

Item II – Os empregados admitidos a partir de 01/08/2014, farão jus aos meses proporcionalmente trabalhados.

**Cláusula 62 - VALE TRANSPORTE/ COMBUSTÍVEL E JORNADA DE TRABALHO “IN ITINERE”.**

A ECT fornecerá o vale transporte/combustível, observando as formalidades legais. § 1º - A ECT compartilhará, nos moldes da lei, as despesas com outros meios de transporte coletivo legalizados, que não apresentam as características de transporte urbano e semi-urbano, desde que seja a única opção ou a mais econômica, limitado à distância de 120 (cento e vinte) km e ao valor total de R\$ \_\_\_\_\_ por mês. § 2º - nos casos previstos no parágrafo anterior, as despesas custeadas pela Empresa não têm natureza salarial e não se incorporam à remuneração do beneficiário para quaisquer efeitos. § 3º - O pagamento da jornada “in itinere” está condicionado ao contido no parágrafo 2º do Artigo 58 da CLT.



**REVISÃO:** ver proposta de Cláusulas econômicas

**Cláusula 63 – VALE-CULTURA** – A ECT fornecerá aos seus empregados o Vale-Cultura conforme disposto no Decreto nº 8.084 de 26 de agosto de 2013.

**Cláusula 64 - VIGÊNCIA** - O presente Acordo Coletivo terá vigência de 1 (um) ano, de 1º de agosto de 2014 até 31 de julho de 2015.

### C) PROPOSTAS DE CLÁUSULAS NOVAS – SAÚDE

1. Erradicação de toda a situação que caracterize o comprometimento da dignidade dos trabalhadores.

2. Acessibilidade plena e sistemática aos dados disponíveis no Serviço de Segurança e Medicina do Trabalho – SESMT da EBCT.

3. Garantia de imediato retorno ao trabalho para trabalhadores que tiveram cessado o seu benefício, por terem sido considerados aptos para o trabalho pelos peritos do INSS.

4. O eventual encaminhamento de trabalhadores, após a alta de Reabilitação Profissional do INSS, para reinserção no trabalho, por meio da Lei de Cotas.

5. Garantia da EBCT respeitar as restrições médicas dos trabalhadores com agravos à saúde. O estabelecimento de prazo para a restrição médica somente será admissível se houverem sido implementadas medidas de mudança dos riscos do setor/processo de trabalho causadores do agravo.

6. Todas as CAT emitidas pela EBCT terão que ser online, ainda que tenham sido elaboradas por escrito, com envio de cópia para o sindicato.

7. Quando a EBCT protocolar um Requerimento de Contestação de Aplicação de Nexo Técnico Epidemiológico, do trabalhador, o sindicato e o próprio trabalhador serão notificados, para que apresentem, em 15 dias, contrarrazões em defesa da manutenção do NTEP, juntamente com a respectiva documentação probatória de suas alegações.

8. Transferência imediata dos trabalhadores vítimas de roubo (assalto), desde que solicitada pelo mesmo.

9. Compromisso de não demissão de trabalhadores doentes e reintegração imediata para trabalhadores para os quais ficar caracterizado ser portador de doença anterior à demissão.

10. Identificação dos riscos mais significativos em cada setor de trabalho e negociação de cronograma para a sua eliminação ou controle e pagamento de adicional de penosidade, insalubridade e periculosidade até que a situação de risco seja eliminada.

11. Orientação para incorporação nos exames periódicos de exames ou avaliações suplementares, caracterizadas como relevantes para a proteção da saúde dos trabalhadores.

12. Implantação de programa de investigação, vigilância e monitoramento de acidentes graves e fatais e das doenças mais frequentes, envolvendo os Centros de Referência em Saúde do Trabalhador, integrantes do RENAST/SUS.

13. Organização de programa de suporte psicossocial e de reabilitação para acidentados ou adoecidos gravemente pelo trabalho.

14. Organização de programa de suporte para as famílias de trabalhadores que morrerem ou se tornarem inválidos em decorrência de acidente de trabalho.

15. Implantação de um programa de acompanhamento do processo de reinserção no trabalho de trabalhadores reabilitados pelo INSS ou de trabalhadores alocados em função compatível, em ação tripartite, envolvendo empresa/sindicato/INSS.

16. Implantação de uma estratégia de gestão que neutralize a pressão e formas de constrangimento dos superiores hierárquicos em relação aos subordinados que retornam ao trabalho após afastamento em decorrência de agravo à saúde mental ou não relacionado ao trabalho.

17. Todas as medidas de promoção, proteção, prevenção e atenção à saúde dos trabalhadores deve compor um Protocolo em Defesa da Saúde e do Trabalho Digno, cuja implementação e monitoramento deverá envolver uma Mesa Permanente de Negociação, envolvendo a empresa, sindicato e órgãos públicos.

18. Tendo em vista a heterogeneidade do nosso país, deverão ser criadas uma Mesa Nacional Permanente de Negociação e Mesas Estaduais ou por base territorial, compostas por representantes da empresa, dos Sindicatos e dos órgãos públicos implicados com a segurança e saúde do trabalho (instâncias nacionais e estaduais de Saúde, MTE e INSS).

19. Criação de Comissão de Saúde e Trabalho (COMSAT) em cada local de trabalho constituída por trabalhadores eleitos que assumirão o processo de acompanhamento das medidas aqui negociadas.

20. Custeio pela empresa das despesas referentes às cirurgias que os trabalhadores forem submetidos nos casos de moléstias decorrentes do trabalho.

21. Implantação de Cartões Magnéticos para a utilização do plano de saúde e desnecessidade de emissão de guias médicas.

22. Garantia do recebimento dos adicionais para os casos de retorno ao trabalho após alta médica do INSS (todos os tipos de benefícios).

**A pauta das mesas temáticas está disponível no site da FINDECT.**

## NEGOCIAÇÕES COLETIVAS DE TRABALHO 2014-2015

### EIXOS DE CAMPANHA

- Aumento real de salários
- Fim do excesso de trabalho - Concurso e contratação já!
- Entrega matutina e limite de percorrida em 7 km
- Aposentadoria Especial para Carteiros e OTTs
- Jornada de 6 horas para os Atendentes Comerciais
- Aumento dos Adicionais AAT e AAG para R\$200,00
- Em defesa da Saúde e da Segurança do trabalhador
- Pagamento de hora extra calculado sobre o salário bruto
- Defesa das reivindicações das mulheres, raciais e LGBTs
- Revisão do Sistema de Distritamento - SD's
- PCCS
- P L R

## CALENDÁRIO DE LUTAS DA FINDECT

1. 10/07/2014 – Data final de realização Assembléias dos Sindicatos filiados para referendar a Pauta de Reivindicações;
2. 15.07.2014 - Data de protocolo da Pauta de Reivindicações pela FINDECT em Brasília/DF e por cada um dos sindicatos filiados nas suas respectivas regionais e calendário de reuniões com a Direção da ECT para as negociações;
3. 15/07/2014 a 18/07/2014 – Agitação nas bases com entrega de jornais, carro de som, reuniões setoriais, mobilização da categoria para as assembléias da categoria ecetista.
4. 05/08/2014 - Assembleia de informes da negociação e da avaliação da campanha salarial 2014/2015.
5. 19/08/2014 - Data máxima para apresentação da proposta/aceitação final da ECT (DATA-BASE).
6. 26/08/2014 - ASSEMBLÉIA DE ESTADO DE GREVE.
7. 02/09/2014 - ASSEMBLÉIAS PARA DECRETAÇÃO DA GREVE GERAL DA CAMPANHA SALARIAL 2014/2015.
8. Fica autorizada a Diretoria da FINDECT alterar o calendário de acordo com o desenvolvimento da campanha salarial e unidade de luta.

## Expediente

Publicação da Federação Interestadual dos Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras dos Correios

Sindicatos Filiados: Bauru, São Paulo, Rio de Janeiro, Tocantins, Rio Grande do Norte e Rondônia

Tiragem: 40 mil exemplares

Edição e Reportagens: Ricardo Coslove

Direção de Arte: Emerson Demarchi

DIRETORIA

Presidente: José Aparecido Gimenes Gandara - SINDECTEB/BRU

Vice-Presidente: Elias Cesário de Brito Junior - SINTECT/SP

Secretário Geral: Ronaldo Ferreira Martins - SINTECT/RJ Suplente: Dhyeggo Halerrandro Melo de Freitas - SINTECT-RN

Diretor de Finanças: Anézio Rodrigues - SINDECTEB/BRU Suplente: Elias Orlando da Costa - SINTECT/SP

Diretor de Finanças Adjunto: Vagner do Nascimento - SINTECT/SP Suplente: Davi de Jesus Lima - SINTECT/SP

Diretor Jurídico: José Aparecido Rufino - SINTECT-TO Suplente: Willian Martins Soares - SINTECT/TO

Diretor de Imprensa: Francisco Moacir Soares - SINTECT-RN Suplente: Beatriz Cecília de Araújo - SINTECT-RN

Diretor de Educação e Formação Sindical: Marco Antônio Sant'Águeda do Nascimento - SINTECT/RJ Suplente: Daniel Pereira Martins - SINTECT/TO

Diretor de Saúde e Segurança do Trabalho: Luis Alberto Bataiola - SINDECTEB/BRU Suplente: Diomédio Francisco de Souza Junior - SINDECTEB/BRU

Diretor de Assuntos Parlamentares: Sílvio Prudêncio - SINDECTEB/BRU Suplente: Vanderlei Aparecido dos Santos - SINDECTEB/BRU

Diretor de Relações Internacionais: José Roberto Baracho da Silva - SINTECT-RN Suplente: Manoel de Lima Feitoza - SINTECT/SP

Diretor de Políticas para Mulheres: Telma Milhomen Borges - SINTECT-TO Suplente: Neli Rezende de Oliveira Marques de Sá - SINTECT/RJ

Diretor de Políticas Racial: Ricardo Adriane Rodrigues de Sousa - SINTECT/SP Suplente: Armando Erelvino Gomes da Silva - SINTECT/RN

Diretor de Política para Jovens: Carla Tatiane Azevedo dos Santos - SINTECT/RN Suplente: André Messias Barbosa dos Santos - SINTECT/RJ

Diretor de Anistia: Douglas Cristóvão de Melo - SINTECT/SP Suplente: Damião Rodrigues Pereira Oliveira - SINTECT/RJ

Diretor de Aposentados: Antônio Aguiar Junior - SINTECT/SP Suplente: Rizeuda Bezerra da Silva - SINTECT/RJ

Diretor do Setor Postal e Logística: Edimar da Silva Freitas - SINTECT/RJ Suplente: André Akira Kamia - SINDECTEB/BRU

Diretor de Cultura, Esporte e Lazer: Rogério Bueno da Silva - SINTECT/SP Suplente: Julio Cesar Alves de Melo - SINTECT/SP

Diretor de Relações Previdenciárias e do Trabalho: Anísio Gomes dos Santos - SINTECT/RJ Suplente: Raimundo de Sousa Cardoso - SINTECT/SP

Diretor de Patrimônio: Sebastião da Silva Brazil - SINTECT/RJ Suplente: Helio Amaro Dias Filho - SINDECTEB/BRU

Conselho Fiscal Efetivo Laércio Emiliano Alves - SINDECTEB/BRU Antônio Abel Gonçalves - SINTECT/SP Paulo Maurício Baptista Gonçalves - SINTECT/RJ

Conselho Fiscal Suplente Wilson Timóteo Ferreira - SINDECTEB/BRU Aldo Melo do Nascimento - SINTECT/RN Maxy Hellen de Moraes - SINTECT/TO

Site [www.findect.org.br](http://www.findect.org.br)

E-mail: [secretaria@findect.org.br](mailto:secretaria@findect.org.br) / [imprensa@findect.org.br](mailto:imprensa@findect.org.br)

Facebook: [facebook.com/FINDECT](https://facebook.com/FINDECT)

Fone: (14) 3245-4528

Sede: Rua Batista de Carvalho, 4-33, Piso "A", Sala 2, Ed. Comercial, Centro, CEP 17010-901, Bauru/SP - Fone (14) 3245-4528